

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA BUSATO SCHREIBER

A PASTORAL DA JUVENTUDE COMO ESPAÇO EDUCOMUNICATIVO E DE
FORMAÇÃO CIDADÃ

CURITIBA
2013

DANIELA BUSATO SCHREIBER

A PASTORAL DA JUVENTUDE COMO ESPAÇO EDUCOMUNICATIVO E DE
FORMAÇÃO CIDADÃ

Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, no curso de Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Regiane Ribeiro

CURITIBA
2013

*Dedico este trabalho a todos os que de alguma forma
esforçam-se pelos ideais da juventude, confiam e apostam no
potencial de transformação social através do jovem.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao Pai que me concedeu a vida, ilumina minhas escolhas e me concede forças para seguir em frente, acreditando na transformação do mundo através do envolvimento dos jovens com a religião.

A todos os que de alguma forma participaram e ainda participam de minha caminhada como jovem cristã, integrante de Pastoral, me incentivando a não desistir e a entender que em primeiro lugar sirvo a Deus e a construção de Seu Reino na Terra.

A minha orientadora Regiane que me despertou para o propósito social da comunicação, servir ao coletivo na construção de uma sociedade democrática e que pacientemente me auxiliou a construir este trabalho.

Aos meus pais que me incentivaram livremente na escolha de minha profissão e minhas irmãs que são base para meus momentos de angústia.

E ao meu amado João Bruno que me encoraja na busca pelos meus sonhos, se esforça para compreendê-los e realizá-los.

"Não vos conformeis com esse mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso espírito, da vossa mente e do vosso coração".

- Romanos 12,2 -

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo posicionar a Pastoral da Juventude como um espaço que possibilita a formação dos jovens para cidadania através da proposta da Educomunicação. Ao se estabelecer ações que criam ecossistemas comunicativos, os jovens participam de seu processo formativo como protagonistas, tornando-se agentes de transformação da sociedade. Tal fim se concretiza através da busca da dialogicidade, por meio da comunicação participativa, e a mediação das relações entre os públicos envolvidos. Propõe-se nesse sentido, o estabelecimento de um planejamento estratégico de Relações Públicas, direcionado aos públicos prioritários da Pastoral da Juventude.

Palavras chave: Comunicação Popular. Educomunicação. Igreja Católica. Pastoral da Juventude. Planejamento Estratégico de Relações Públicas.

RÉSUMÉ

Ce document a comme but positionner la Pastoral de la Jeunesse comme un espace qui permet la formation des jeunes en ce qui concerne la citoyenneté à travers la proposition de l'Éducommunication. En établissant des actions qui créent des écosystèmes communicatifs, les jeunes participent à leur processus de formation comme des protagonistes, en devenant des agents de transformation sociale. Cet objectif se matérialise à travers la recherche du dialogue, par la communication participative et la médiation des relations entre les publics concernés. Dans cette direction, il est proposé l'établissement d'une planification stratégique de Relations Publiques orientée vers le public prioritaire de la Pastoral de la Jeunesse.

Mots-clés: Communication Populaire. Éducommunication. Église Catholique. Pastoral de La Jeunesse. Planification stratégique de Relations Publiques.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A INTERFACE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	13
2.1 Histórico do Processo Educativo no Brasil.....	13
2.2 A Perspectiva Educacional de Paulo Freire.....	18
2.3 Pensando a Comunicação.....	20
2.4 Comunicação e Educação: campos que dialogam.....	22
3 EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	26
3.1 Construindo o conceito de Cidadania.....	26
3.2 Educar para Cidadania.....	31
4 COMUNICAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	34
4.1 A Comunicação do povo e para o povo.....	34
4.2 Comunicação Popular no Brasil: a Igreja Católica como protagonista.....	37
5 EDUCOMUNICAÇÃO COMO CAMPO DE INTERVENÇÃO SOCIAL	43
5.1 A Educomunicação na proposta da Igreja Católica.....	48
6 PASTORAL DA JUVENTUDE: UM ESPAÇO PARA EDUCOMUNICAÇÃO	55
6.1 Pastoral da Juventude em essência.....	55
6.2 Pastoral da Juventude: espaço de formação para cidadania através da Educomunicação.....	60
7 PROPOSTAS EDUCOMUNICATIVAS PARA OS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS DA PASTORAL DA JUVENTUDE	65
7.1 Planejamento de Relações Públicas e Educomunicação.....	65
7.2 Propostas Educomunicativas para os públicos da PJ.....	69
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

O retrato da sociedade atual, prejudicada pelas consequências emergentes do sistema capitalista, demanda a atuação do ser humano como ser social responsável pela garantia da cidadania e da vida digna a todos.

A cidadania possibilita os indivíduos interferir na sociedade participando das questões públicas de modo a concretizar seus direitos e deveres. Implica mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos. Para que a cidadania se concretize de fato, faz-se necessário educar os indivíduos para que compreendam o ser cidadão, conheçam seus direitos e deveres e saibam analisar criticamente a sociedade, a fim de se tornarem agentes transformadores da realidade que os cerca.

A educação para cidadania tem a comunicação como seu ponto de partida. Educar para cidadania envolve processos de relações dialógicas onde os indivíduos em contato uns com os outros, refletem sobre a realidade, conscientizam-se sobre as necessidades desta e se tornam sujeitos sociais ativos. Exige processos de comunicação que valorizem os envolvidos e se realizem de forma bidirecional. A comunicação popular atende essa perspectiva auxiliando o povo a refletir, discutir e expressar-se acerca de sua realidade, consolidando um processo educativo emancipatório que prepara o sujeito para desenvolver seu senso crítico.

Vem de encontro a esta proposta o novo campo de intervenção social denominado Educomunicação. Prioriza o diálogo como metodologia de aprendizagem, formando ecossistemas comunicativos, e alia a comunicação à educação para formar a competência comunicativa do cidadão. A união das duas áreas estimula a participação e relaciona conhecimento e aprendizagem. A formação para cidadania pode se estabelecer através de processos educacionais que ultrapassam ambientes formais de educação, ela é responsabilidade de toda sociedade em conjunto e de cada indivíduo em seu contexto social.

A Igreja Católica compreende a formação para cidadania como parte de sua essência, preocupa-se com a transformação social, valorizando a pessoa humana, seus direitos como cidadão, de inserção e participação na vida social. É definida como instituição religiosa que através de seus princípios teológicos constitui sua

identidade e direciona seus princípios e atuações às necessidades sociais. O conjunto de ensinamentos da Igreja Católica, denominado Doutrina Social, fixa os princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política dos povos e das nações, e convida o leigo participante da Igreja à ação. A finalidade da Doutrina Social da Igreja é levar os homens a corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade. (JOÃO PAULO II, 1987).

Em sua trajetória, a Igreja apropriou-se da comunicação popular para promover experiências de comunicação do próprio povo, incentivando-os a praticar a cidadania e criar seus próprios meios de expressão. A instituição acompanha os processos de evolução da comunicação e assume a necessidade de formação para área, esforçando-se para inculturar-se nos novos espaços comunicativos. Reconhece como necessidade em sua proposta, criar condições para que os indivíduos se relacionem com o universo da mídia de forma criativa e crítica. Situa a educomunicação como alternativa para concretizar sua responsabilidade não somente de educação na fé, mas também para a sociedade.

Perante o novo universo instituído pela mídia, a Igreja posiciona como prioridade em suas ações a formação dos jovens, preparando-os para agir como sujeitos de transformação da sociedade, promovedores de uma comunicação para cidadania com base na educomunicação. Para concretizar este objetivo, a instituição apresenta como espaços próprios para educação dos jovens os grupos de jovens, pastorais da juventude, movimentos, novas comunidades e demais experiências em grupo.

O objetivo deste trabalho é posicionar a Pastoral da Juventude como um espaço que possibilita a formação dos jovens para cidadania através do viés educacional. A proposta da PJ oferece ao jovem a possibilidade de formação integral, orienta e auxilia os jovens em seu processo de educação na fé, e em seu amadurecimento nos âmbitos pessoal, eclesial e social. A Educomunicação fornece a possibilidade de um novo olhar e atuação do jovem na sociedade, a partir da educação para comunicação.

O presente trabalho utiliza o método de pesquisa bibliográfica, sendo aquela “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2007). Este tipo de pesquisa apresenta-se como

necessária para esclarecer conceitos abordados e permitir a análise das diversas posições acerca da definição dos termos utilizados.

A partir da exposição da trajetória da Educação e da Comunicação, se discutirá a interface entre as duas áreas ressaltando a discussão a cerca da Educação para Cidadania e o papel da Comunicação Popular nesse processo. Em seguida se discorrerá sobre o novo campo de intervenção social, a Educomunicação, e de que forma a Pastoral da Juventude se apropria das ações educacionais para concretizar a Educação para Cidadania.

Como forma de atender ao objetivo exposto, será abordado o papel das Relações Públicas no processo do Planejamento Estratégico, este essencial para realização de propostas educacionais voltadas aos públicos específicos da Pastoral da Juventude.

2 A INTERFACE COMUNICAÇÃO EDUCAÇÃO

2.1 Histórico do Processo Educativo no Brasil

Se perguntássemos a um grupo de pessoas o que é educação, acredito que grande parte das respostas utilizaria o ambiente de educação formal para responder a questão.

A trajetória de formação da sociedade conduziu-nos a pensar o conceito de educação relacionado ao ambiente escolar. É na escola que acreditamos ter o primeiro contato com a sociedade, onde buscamos nos inserir culturalmente, entender o ambiente do qual fazemos parte. Através do livro estabelecemos nosso primeiro contato com o mundo, somos bombardeados de informações que não necessariamente compreendemos, mas gravamos em nossa mente para em um futuro próximo, despejar como conteúdo aprendido nas avaliações escolares.

Apesar dos modelos educativos engessados nos ambientes escolares, não se pode desprezar a importância da instituição nos processos de sistematização pedagógica das práticas de transmissão do saber. A escola participa como espaço de democratização do saber, separando-o de forma hierárquica.

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação); cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o professor e o aluno. (BRANDÃO, 1993, p.26).

Sabemos, entretanto, que a educação não se restringe a escola, mas acontece também nos espaços dos lares, nas ruas, igrejas, comunidades. Nasce em primeiro lugar das relações entre as pessoas, das intenções de ensinar – aprender. Para Brandão (1993) a evolução da cultura humana levou o homem a transmitir conhecimento, criando situações sociais de ensinar – aprender e ensinar, misturando a vida com a educação. Das várias esferas que nos envolvem na sociedade, “surge a necessidade de disseminação e internalização de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes) levando a práticas pedagógicas”. (LIBÂNEO, 2002, p. 27). Para Brandão (1981) a educação é:

[...] uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho, ou como vida. [...] A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. (BRANDÃO,1981,p.10).

Libâneo (2002) discute a educação associada a processos de comunicação e interação que contribuem para construção da sociedade. Através da assimilação de valores existentes no meio culturalmente organizado, os seres humanos adquirem o patamar necessário para produzir outros valores, saberes, técnicas. Complementando este pensamento, Brandão (1993) posiciona a educação como principal meio de realização de mudança social ou, pelo menos um dos recursos de adaptações das pessoas, em um mundo em mudança.

A educação está presente desde o início dos tempos. Os grupos humanos “criam e desenvolvem situações, recursos e métodos para ensinar crianças, jovens e também adultos o saber, a crença e os gestos que o tornarão um dia o modelo de mulher ou homem que o imaginário da sociedade – ou mesmo cada grupo específico, dentro dela – idealiza, projeta e procura realizar”. (BRANDÃO,1993, p. 22).

Os primeiros sinais de estruturação da educação baseiam-se no modelo de educação escolar que surgiu na Grécia e vai para Roma. Os primeiros assuntos registrados sobre a educação grega aparecem em ofícios dos tempos de paz e guerra. Abordavam atividades como a agricultura, o saber pastoreio, o artesanato de subsistência cotidiana e da arte. Os ensinamentos aliavam-se aos princípios de honra, solidariedade e fidelidade à polis, a cidade grega onde começa e termina a vida do cidadão livre e educado. A princípio, o saber era estruturado pelos gregos através de duas divisões: o saber que se ensina para que se faça, denominado *tecne*, e o saber que transmitia as normas de vida, chamado pelos gregos como *teoria*. Surge assim um modelo de sociedade com estruturas de oposição, com uma educação dirigida conforme classes sociais: livres e escravos, nobres e plebeus, meninos nobres da elite guerreira e, mais tarde da elite togada, que determina as regras jurídicas. Por alguns séculos, mesmo para elite, não existia a escola, a educação estava ligada a formação do homem para o trabalho e para a vida em comunidade.

No início da vida, a criança convivia com sua mãe e escravos domésticos até atingir os sete anos de idade, momento chamado de *Paidéia*, onde a criança saía de casa para receber formação, desenvolver o corpo e a mente. Aprendia com o mestre- escola até os quatorze anos e tornava-se assim um cidadão maduro a serviço dos interesses da cidade – comunidade. Porém, a vida e o trabalho dividiam os homens livres e os escravos, ou outros tipos de trabalhadores manuais, em relação ao aprendizado.

A escola surge por volta do ano 600 a.C., trazendo a ideia da democratização da cultura. Entretanto, “o menino escravo, que aprende com o trabalho a que o obrigam, não chega sequer a esta escola. O menino livre e plebeu em geral para nela. O menino livre nobre passa por ela depressa em direção aos lugares e aos graus onde a educação grega forma de fato o seu modelo de 'adulto educado'”. (BRANDÃO, 1993, p.40).

O princípio que orientou a educação clássica dos gregos foi sempre entendido como processo pelo qual a cultura da cidade é incorporada à pessoa do cidadão, ansiando torná-lo o jovem perfeito (o guerreiro, o atleta, o artista de seu próprio corpo e mente) e o adulto educado (o cidadão político a serviço da polis). Apesar das distinções entre classes, os gregos deixaram como ensinamento que a educação existe além da escola.

Finalmente os gregos ensinam o que hoje esquecemos. A educação existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo meio sociocultural sobre os participantes. É o exercício de viver e conviver que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer. Portanto, é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo que pode ser vivido e aprendido da cultura seja ensinado com a vida – e também com a aula – ao educando. (BRANDÃO, 1993, p. 47).

Em toda parte podem existir redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, sem um modelo de ensino formal e centralizado. A educação pode assim ocorrer em diferentes espaços, como na família, em comunidades, na Igreja, movimentos sociais, através de situações pedagógicas interpessoais.

No Brasil, o processo educativo se estrutura após a colonização do país pelos portugueses. Antes desse período, os índios instruíam suas crianças e jovens através da transmissão dos valores culturais pelos adultos: pais, tios e avós. Em

1549 através da atuação dos jesuítas, que se propunham a ensinar a fé católica, as lições educativas e os costumes europeus, os índios passaram pelo aprendizado da língua portuguesa ou espanhola, profissões e operações mentais básicas, como contar.

A educação era ministrada em latim, latim da Igreja e da ordem eclesiástica do Estado, não podendo dela decorrer nenhum interesse pelo estudo de problemas novos que a situação real da Colônia pudesse suscitar. Era uma educação predominantemente escolástica e imóvel, idêntica na Metrópole e na Colônia, que somente no fim do século XVIII vem a sofrer o primeiro choque com as reformas 'revolucionárias' de educação do período do Marquês de Pombal, que trouxe tardiamente para Portugal os reflexos do Iluminismo já dominante no restante da Europa. O próprio uso da língua vernácula portuguesa para escola só então surge como inovação 'revolucionária'. (TEIXEIRA, 1989, p. 58).

A educação da colônia segue, e os jesuítas recebem a determinação da Coroa Portuguesa para assumir a educação dos brancos. O sistema se estrutura e o primeiro colégio surge em 1564 na Bahia para atender órfãos portugueses e filhos da elite colonial em regime de internato. A abertura das escolas aos índios é restrita, mas com dedicação e interesse alguns conseguiam completar sua educação na escola. Ao completar os estudos, os interessados em cursar a Universidade eram obrigados a procurar vagas em outros países, porém, poucos cursavam. A formação recebida na época era suficiente para viver em sociedade no século XVI. Os jesuítas, organizados pela Companhia de Jesus, consolidam sua metodologia baseada na repetição, memorização e provas periódicas. Mas enfrentam problemas de estrutura, inclusive a falta de professores.

Em 1759, Marquês de Pombal expulsa os Jesuítas com justificativas comerciais, reduzindo assim a influência do grupo. A educação brasileira passa então a ser organizada pelo Estado e pela primeira vez um novo método de ensino é criado. Porém, ainda são poucos os que se direcionam para Universidade. Os alunos formados direcionam-se para as atividades na agricultura, na Igreja e ao funcionalismo público.

Com a chegada da Família real portuguesa ao Brasil, em 1808, o panorama da educação se altera. Lima (1969) comenta que a vinda da Família Real representou a verdadeira "*descoberta do Brasil*". Segundo o autor, "a 'abertura dos portos', além do significado comercial da expressão, significou a permissão dada aos 'brasileiros' (madeireiros de pau-brasil) de tomar conhecimento de que existia, no

mundo, um fenômeno chamado **civilização e cultura**". (LIMA, 1969, p.103). Surge nessa época a primeira Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Porém, as mulheres ainda são educadas em casa pela mãe ou pela ama, aprendem a ler e são treinadas para as tarefas domésticas. Em 1827, a Primeira Lei Geral do Ensino cria colégios nas vilas e cidades mais populosas do Império e dá acesso às salas de aula também às meninas. A partir desse momento novas Universidades e Colégios são criados, e aos poucos a educação migra para iniciativa privada.

Até a Proclamação da República em 1889, praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. Com a instauração do governo republicano, reforma-se o ensino primário e normal e organiza-se uma rede de escolas normais e complementares. Aumenta a presença feminina nos cursos de formação de professores através do Magistério. No ano seguinte, a nova constituição separa Igreja do Estado, laiciza a sociedade e a educação. Institui-se o voto do cidadão masculino alfabetizado.

No século XX, a discussão sobre a importância da educação para o desenvolvimento do Brasil e do mundo ganha forças. Foca-se o olhar para o aluno, defendendo a adoção de novos métodos e a reforma dos currículos escolares. O conhecimento ganha um novo conceito e aproxima-se da realidade dos estudantes. Em 1932, defende-se o Manifesto da Escola Nova, que teve Anísio Teixeira como um de seus protagonistas. Defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita e delega-se a ela a função de promover a cidadania e a saúde.

Na década de 40, com a industrialização do país, cresce a necessidade de formar mão de obra e o governo cria como principal medida o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). As décadas seguintes foram marcadas pela alfabetização de adultos com o objetivo de capacitar o povo brasileiro para uma participação ativa na vida social e política do país.

Nos anos 60, no auge da repressão do Regime Militar, os movimentos em defesa da escola pública e de ampliação da educação, assim como outros movimentos sociais, são reprimidos. Nesse período cria-se o vestibular, restringindo o acesso à Universidade como medida contra a falta de vagas. É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. Segundo

BELLO (2001), a característica mais marcante desta Lei era dar a formação educacional um cunho profissionalizante.

Em 1988, a nova Constituição obriga a União e os Estados a aplicar parte de suas receitas em educação. Uma nova fase se instaura, e nos anos 90, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases que edita os parâmetros curriculares nacionais. Surge em seguida o ENEM, criado para avaliar os conceitos aprendidos durante o ensino médio e agora para ingressar na Universidade e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que vincula a concessão de vagas em universidades ao ENEM.

Apesar das novas medidas, a educação no Brasil enfrenta problemas em relação à exclusão de grande parte da população, a qualidade de ensino e a formação de professores. Ações na área de educação popular apareceram como alternativa na trajetória da educação no Brasil a fim de sustentar uma educação voltada a classes menos favorecidas. O principal precursor desse pensamento é o educador Paulo Freire, que defende a educação como legitimadora do protagonismo dos cidadãos, formando-os para vida em sociedade.

2.2A Perspectiva Educacional de Paulo Freire

O pensamento de Paulo Freire surge como produto das condições histórico-sociais em que o Brasil e o Chile viviam na década de 60, momento de ditadura militar no contexto brasileiro. Em resposta a opressão que sofriam os indivíduos, Freire (1989) defende a educação como prática de liberdade.

O educador discute a educação em espaços diferenciados, contribuindo com o desenvolvimento de um indivíduo participativo na sociedade. A educação de Freire preocupa-se com a formação do indivíduo crítico, criativo e atuante, e deve ser realizada com base no diálogo, no exercício de busca ao conhecimento participativo e transformador. Entende-se a participação como:

Um processo de vivência que imprime a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica, desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005, p.30).

Freire propõe uma educação que esteja disposta a considerar o ser humano como sujeito da sua própria aprendizagem, permitindo uma leitura crítica do mundo. Educar neste sentido não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida, construção de identidade e intervenção do indivíduo no melhoramento de suas condições enquanto cidadão.

O modelo pedagógico do autor compromete-se com a sociedade, principalmente com as camadas populares, incentivando a transformação de realidades através do processo educativo. O diálogo é a base entre o educador e o educando, estabelecendo uma relação horizontal entre as pessoas. Dessa forma os indivíduos apropriam-se de forma consciente de sua realidade, para assim, terem condições de transformá-la. Segundo Freire (1984) os seres humanos educam-se juntos na transformação do mundo, valorizando o saber de todos. “Ninguém educa a ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1984, p.13).

A perspectiva do autor traz a liberdade como ponto central de sua concepção educativa. A libertação da realidade opressiva e da injustiça é o fim da educação. A opressão e a injustiça existem em todo o mundo, não são somente parte dos países terceiro-mundistas. O autor situa o papel da educação a partir do ponto de vista do oprimido, colocando-a como necessária na construção de uma sociedade democrática, “sociedade aberta”. Esta só poderá ser construída como resultado da luta das classes populares, capazes de operar a mudança. As elites são incapazes de oferecer as bases de uma política de reformas, não conseguem assim, participar da construção de uma sociedade democrática.

O modelo pedagógico de Freire atinge as camadas populares, os grupos responsáveis pela educação não formal, que é aquela realizada a partir da educação em espaços não formais ligados à educação popular; ou informais, a cargo da família, Igreja, grupos de amigos. De fato o modelo de educação formal ainda não se apropria do modelo de educação libertadora, ao contrário, segue os modelos tradicionais, com processos não participativos, onde a educação é mera transmissão de informação.

Nossa realidade social exige transformações na educação formal, valorizando os sujeitos como agentes do processo, como detentores de conhecimento, incentivando-os a reflexão para ação. Enquanto mudanças não acontecem, podemos criar novos espaços que proporcionem a educação libertadora

e fortalecer os já existentes. Ressalta-se o papel da comunicação nesses espaços, responsável por criar ambientes participativos que favoreçam o diálogo e a troca de conhecimentos, possibilitando a formação de cidadãos protagonistas na sociedade. No próximo item deste capítulo verificaremos a importância da comunicação nas relações dialógicas dos seres humanos, bem como no processo educativo e de que forma, ambas as áreas se complementam no sentido de formar os seres humanos para a atuação em sociedade.

2.3 Pensando a Comunicação

Comunicação é necessidade para o ser humano. Já antes do nosso nascimento, nos apropriamos da comunicação para manifestar nossa presença no útero de nossa mãe. Somos seres que temos a comunicação como que intrínseca a nós. Faz parte do ser humano e não se pode tirar. Precisamos dela para nos conscientizar de nossa própria existência, para estabelecemos nosso primeiro contato com o mundo, nos reconhecemos como sujeitos capazes de se relacionar.

A comunicação serve para as pessoas se relacionarem entre si, transformando-se mutuamente a realidade que as rodeia. Sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo. Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Ao se relacionarem como seres interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas modificam a realidade onde estão inseridas. (BORDENAVE, 2003, p. 36).

Os processos comunicativos nascem da necessidade de cooperação entre os homens que precisavam encontrar formas de união para garantirem a sobrevivência da espécie. A comunicação foi essencial na criação e efetivação dos elos que os semelhantes necessitavam. O ser humano é um ser social, embora cada indivíduo seja único, incomparável, diferenciado, ele depende dos outros para viver.

Michael Traber (2004) baseado na filosofia, indica como núcleo central da comunicação a noção da intersubjetividade – “*estar-com-os-outros*”- que implica uma comunicação na liberdade, igualdade e solidariedade. Nossa vida é orientada para nossos semelhantes, necessitamos uns dos outros socialmente. É a partir da

comunicação que constituímos a sociedade, estabelecendo a sua cultura, hábitos, valores e crenças, e nos organizamos como grupos sociais.

A trajetória da comunicação inicia com os homens primitivos, que agrupados em pequenas sociedades se comunicavam através de grunhidos, gritos ou gestos com objetos que produziam sons. Mais tarde, com o aparecimento da linguagem oral, a comunicação torna-se mais compreensível. Cada grupo criava seus próprios códigos linguísticos para estabelecer diálogo.

Da necessidade de registro das atividades, do arquivamento, surgem os desenhos fixados nas cavernas e mais tarde a linguagem escrita que seguia inicialmente a mesma sequência que a língua falada. Nos primeiros pictogramas, os signos correspondiam diretamente com o desenho e o objeto representado. A sequência dos signos reproduzia a cronologia dos eventos narrados. Os homens perceberam que as palavras ou nomes de objetos formavam-se por unidades de som, os *fonemas*. A partir deste momento os signos passaram então a representar as unidades de som e não mais objetos ou ideias. Os signos representavam unidades de som menores do que as palavras, originou-se assim o conceito de *letras*. Qualquer pessoa podia aprender a combinar os sons, facilitando o maior alcance da língua escrita. Mas apesar de existirem alfabetos, por muitos séculos, a cultura transmitiu-se oralmente, pois a transmissão das informações escritas em pedras e pergaminhos de couro para locais mais distantes era complicada.

Antes do advento da imprensa, que surge em 1440 por iniciativa de Johann Gutenberg, já existiam redes organizadas de comunicação na Europa. A Igreja Católica necessitava comunicar-se com o clero e as elites políticas do continente. As redes facilitavam a administração e pacificação de cada território. Os negociantes também criaram sua própria forma de comunicação para fornecer informações aos clientes. As redes de comerciantes, mascates e ambulantes transmitiam informações às cidades, nos espaços públicos relatavam acontecimentos ocorridos em locais mais distantes. Essas redes de comunicação desenvolveram e deram origem aos correios e a imprensa para produção e disseminação de notícias. Com o surgimento da imprensa, facilitava-se a difusão de notícias que acontecia cada vez com maior rapidez. A nova forma de comunicação contribuiu para o surgimento das línguas nacionais e para transmissão de dados e teorias da época.

A partir da invenção da fotografia, desenvolveu-se a comunicação visual possibilitando a ilustração de livros, revistas e inspirando o cinema, que mais tarde

aliado à eletrônica, possibilitou a transmissão de imagens através da televisão. A comunicação estabelece assim novos tipos de relações, mediadas agora pelos meios de comunicação, que passaram a ganhar cada vez mais importância, influenciando e interferindo na vida dos indivíduos.

A comunicação é essencial no processo de formação da sociedade. Permite o registro das descobertas, a transmissão de conhecimentos, da cultura, do saber. Apesar das transformações na comunicação através dos meios, devemos lembrar que ela existe antes de tudo como essência na construção das relações humanas. Através do diálogo entre os seres, analisamos e descobrimos o mundo, partilhamos ideias e pensamentos e nos influenciando mutuamente, somos formados para transformar realidades.

2.4 Comunicação e Educação: campos que dialogam

A educação em seus processos necessita da comunicação como componente responsável pelo encontro dos sujeitos, que buscam a compreensão de um assunto através do diálogo.

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança. Da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 1987, p. 107).

O diálogo é fundamental no processo de comunicação e aprendizagem. Freire (1976) coloca que ser dialógico é vivenciar o diálogo, é não invadir, é não manipular, é não “sloganzar”. O diálogo é o encontro amoroso dos homens, que mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam. Se a base da educação é o diálogo, “educação é comunicação, não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. (FREIRE, 1992, p.69).

Soares (2011) propõe que para construirmos a interação entre os dois campos devemos partir do pressuposto de que a educação só é possível enquanto

“ação comunicativa”, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesma, como um fenômeno presente em todos os modos de formação humana. Os diferentes modelos de educação deixam claro que a qualificação do processo educativo deriva do tipo de comunicação adotada. A “educação bancária” apontada por Paulo Freire adota uma maneira vertical de transferir, de disseminar conteúdos. A comunicação nesse modelo aparece como mera transmissão da informação. Já na denominada “educação dialógica”, modelo apontado como adequado, a comunicação aparece como possibilidade de se obter uma construção solidária e compartilhada de conhecimentos. O processo educativo nessa concepção se sustenta através do diálogo, possibilitando o educando ser sujeito do processo.

Também aponta Soares (2011), que uma comunicação dialógica e participativa, mediada pela gestão compartilhada dos recursos e processos da informação, contribui para a prática educativa, que tem como finalidade maximizar as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para ação. A educação traz consigo o propósito de incentivar o diálogo para que se analise a realidade, se reflita sobre ela e se parta para uma ação transformadora. As diferentes formas de comunicação e expressão aliadas ao processo educativo possibilitam o incentivo aos sujeitos para que sejam mais ativos na sua realidade.

Educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos. O sistema será tanto mais educativo, quanto mais rica for a trama de interações e comunicações que saiba abrir e por à disposição dos educandos. Uma comunicação educativa concebida a partir dessa matriz pedagógica teria como uma de suas funções capitais a provisão de estratégias, meios e métodos destinados a promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos educados. (KÁPLUN, 1999, p.74)

“A própria comunicação deve tornar-se vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação”. (SOARES, 2011, p. 23). Um processo de comunicação educativa se estabelece se os atores envolvidos forem transformados pela experiência de contato um com o outro. No contexto da educação, a comunicação é muito mais que um instrumento, é um elemento que possibilita práticas transformadoras.

A interface entre as áreas também pode partir da função da comunicação perante a sociedade, como instrumento de educação. Ambas convergem na função de transmissão de conhecimento. Essa função materializa-se principalmente pelos meios, que se transformam e se desenvolvem com rapidez, atingem a imensa

maioria da população e chegam aos locais mais distantes. Através deles muitos seres humanos interagem com o mundo, aprendem sobre ele e sentem-se parte da humanidade.

No Brasil, o surgimento do rádio aliou-se ao objetivo da educação, da luta pela democratização do acesso ao conhecimento. Em 1923, Roquete-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma rádio educativa, com fins científicos, sociais e culturais. Justamente por este ser um meio de longo alcance pensava-se nas possibilidades como instrumento educativo. Apesar dos objetivos não terem sido alcançados naquele momento, a iniciativa de Roquete abriu perspectivas para outras experiências que utilizaram o rádio como um meio capaz de melhorar a instrução do povo brasileiro.

Kenski (2008) afirma que com a evolução dos meios surgiram novas condições complementares para que os homens pudessem realizar mais intensamente seus desejos de interlocução. Os meios possibilitam que a aprendizagem ocorra em múltiplos espaços, seja nos espaços escolares formais, seja nos espaços virtuais de aprendizagem. Os distanciamentos foram superados e redefiniram-se comportamentos e cultura, gerando outros valores e aprendizagens coletivas.

É nos meios de comunicação que a educação encontra sua democratização, a sua popularização, pois suas atividades, suas transformações e suas conquistas ultrapassam os espaços das discussões eruditas, os círculos culturais restritos e alcançam outras camadas da sociedade. Por intermédio da comunicação, que testemunha e relata o caminhar da educação, a sociedade compreende o alcance das suas possibilidades e de sua formação cultural. Ainda, as mudanças profundas no nosso próprio modo de viver como indivíduos sociais refletem-se na disponibilidade e na estrutura dos meios de comunicação. (FREIRE, 2000, p.32).

Apesar da contribuição dos meios nos processos de evolução da sociedade e formação de indivíduos, no cenário atual, os meios de comunicação massivos aparecem mais como instrumentos que impossibilitam o diálogo do que incentivam processos educativos. A comunicação se direciona pautada pelos interesses econômicos e políticos, impedindo um processo de formação crítica dos cidadãos.

O campo da comunicação/educação é um desafio na contemporaneidade. As possibilidades de discussão entre as interações das áreas de conhecimento são inesgotáveis. Educação e comunicação são campos interdisciplinares, que se

complementam. A educação acontece através do processo comunicativo, mas nem todo processo comunicativo é educativo. É bem verdade que nem sempre a comunicação cumpre o papel social que deveria exercer, se reduz a transmissão de informações, impossibilitando o diálogo e impondo modismos, teorias, políticas, que divergem de uma proposta educativa.

Diante dessa disparidade, a área de educação para comunicação aparece como alternativa para formar cidadãos críticos perante os meios. SOARES (2002) coloca que a interface alimenta-se dos estudos de recepção e volta-se para reflexão entre os polos vivos do processo de comunicação (relação entre os produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens), assim como no campo pedagógico, para os programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios. Também a área de Gestão Comunicativa oferece às questões aqui relacionadas, possibilidades em torno da ampliação do coeficiente comunicativo das ações humanas:

A área de gestão comunicativa volta-se para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que se articulam no âmbito da Comunicação/Cultura/Educação, criando ecossistemas comunicativos, espaços construídos a favor do diálogo social, levanto em conta inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias. (SOARES, 2002, p.24).

Os campos aqui discutidos se invadem mutuamente, com forte relação de fluxos. SARTORI (2005) discute que a aproximação Comunicação/Educação exige um novo pensar que reelabore modelos pedagógicos e novas estratégias de intervenção na sociedade que consigam responder aos processos mediáticos e educacionais contemporâneos. Faz-se necessário pensar na interface entre os campos lembrando de não somente restringir a tarefa de educar às escolas, mas compreender que comunicação humana nos processos educacionais, pode ocorrer em qualquer lugar, a qualquer momento, transformando e levando pessoas a aprender não apenas conteúdos, mas valores, sensibilidades, comportamentos e práticas, em múltiplos e diferenciados caminhos.

3 EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA

3.1 Construindo o conceito de cidadania

Faz-se necessário compreender o conceito de cidadania pelas diferentes concepções do termo que acompanha o desenvolvimento histórico da sociedade, variando assim no tempo e espaço. O desenvolvimento da cidadania confunde-se com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que lutam pela concretização dos direitos, pela liberdade, por garantias individuais e coletivas. Ser cidadão é conscientizar-se de que somos sujeitos de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, direitos civis, políticos e sociais.

Foi na Grécia antiga que o conceito de cidadania teve a sua primeira expressão. O termo cidadão (habitante da cidade) traduz um conceito grego, político, habitante da polis, a cidade-estado. Na Grécia, político era adulto livre, pertencente a uma cidade-estado, participante ativo nas atividades públicas, detentor de direitos e deveres. “De fora ficavam as mulheres, os estrangeiros (metecos) e os escravos”. (ARAÚJO,2008, p.77).

A concepção grega de cidadania fazia a distinção entre cidadão e o súdito, considerando-os desiguais e dando primazia ao cidadão - homem, reservando à cidadania, com direitos como o da participação na vida da cidade, a possibilidade de ser eleito para cargos públicos, e excluindo do direito de cidadania às mulheres, os escravos e os estrangeiros. (PRAIA, 1990, p.10)

A cidadania é vista nesta perspectiva como um direito coletivo, que favorecendo o direito a individualidade, pressupõe a ação política e sua socialização. A “polis” correspondia a uma sociedade politizada, na qual a esfera pública estava situada em um plano mais elevado do que a esfera privada. “A cidadania refletia a integração do indivíduo à coletividade política”. (ABRANCHES, 1985, p. 09).

Para Aristóteles, autor da democracia ateniense, o elemento central da cidadania era a participação na comunidade política, que para além de ser a essência da liberdade, dependia também dela o desenvolvimento e a promoção pessoal dos indivíduos como pessoas. (ARAÚJO, 2008, p. 78). Foi na Grécia

clássica que surgiram iniciativas para educar os jovens para cidadania através de um currículo composto por um conjunto de saberes e competências, a chamada Paideia, que formava plenamente o Homem para a vida na polis.

Segundo Peruzzo (1998), a cidadania funda-se em concepções de sociedade e, como tais, são essas concepções que orientam a cidadania. No direito internacional, o termo relaciona-se à nacionalidade: direito de pertencer a uma nação. Cidadania incorpora o direito de se ter: proteção legal – na perspectiva de igualdade, todos são iguais perante a lei; o direito de locomover-se, ir de um lugar para o outro livremente; a participação política, representada pela possibilidade de votar e ser votado e o direito a expressão.

A concepção moderna de cidadania parte de uma perspectiva liberal, considerando a igualdade de todos os homens perante a lei. Esta concepção de cidadania remete à Revolução Francesa (1789) num contexto novo de democracia. Surge como resultante dessa fase histórica a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na Assembleia Nacional Francesa em 26 de Agosto de 1789. A cidadania passa a ser tratada de forma mais individualizada. Consideram-se os direitos da pessoa individualmente e a busca central é a satisfação do interesse próprio. “O modelo liberal separa as esferas pública e privada e desaconselha à ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica privada pode conduzir ao bem-estar coletivo”. (ABRANCHES, 1985, p. 09). Peruzzo (1998) cita Barbalet (1989), para ressaltar a problemática que envolve a cidadania:

A cidadania encerra manifestamente uma dimensão política, mas a prática mostra que isto não é suficiente para que ela seja compreendida. O problema está em quem pode exercê-la e em que termos é exercida. A questão está, de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos, em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles. (BARBALET, 1989, p.11).

Peruzzo (1998) aponta como a principal diferença entre a cidadania nas cidades-estados gregas e no moderno Estado democrático a extensão do âmbito da comunidade política em cada um deles. Nas cidades-estados a cidadania era o 'status' privilegiado de um grupo. No Estado democrático moderno a base da cidadania é a capacidade de participar no exercício do poder político por meio do processo eleitoral. A conquista da cidadania significa a passagem de súditos para

cidadãos, cujo arcabouço social requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade da participação.

O estabelecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, contribuiu para o surgimento de um conceito de cidadania que rompe o princípio de legitimidade baseado até o momento nos deveres dos súditos, e passa a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. No Brasil, os primeiros esforços para a conquista e estabelecimento dos direitos humanos e da cidadania confundem-se com os movimentos patrióticos reivindicativos de liberdade para o País, a exemplo da Inconfidência Mineira, as lutas pela independência, abolição e no período da república, as alternâncias democráticas, dilemas históricos que custaram lutas, sacrifícios e vidas humanas.

O conceito e a prática de cidadania no mundo ocidental ampliaram-se ao longo dos tempos, estendendo-se para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Cidadania pode ser apontada assim, como a expressão concreta do exercício da democracia, definida por Bobbio (1986) como “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizando a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. [...] A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, na qual são consideradas as decisões coletivas”. O conceito de democracia pressupõe que os cidadãos estejam preparados para usar as regras de participação democrática, que exista algum nível de igualdade social entre os indivíduos, e que os mecanismos institucionais de representação sejam realmente democráticos.

O exercício da cidadania passa a ser pensado de forma coletiva através de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 1988. Não se trata mais de reivindicar, pressionar ou demandar. É a hora de fazer, de propor, de participar qualificadamente. A exclusão social também ganha nova roupagem no período com a violência generalizada, a desagregação da autoridade estatal e o surgimento de estruturas paralelas de poder. “Esses pontos acabam tendo efeito sobre as estruturas organizativas da população”. (GOHN, 1997, p. 288). Peruzzo (2002) aponta duas dimensões dos direitos que envolvem a cidadania e uma terceira citando Krohling (1997) ressaltando o aspecto da coletividade. Os direitos civis e políticos são chamados de direitos de primeira geração, os sociais de segunda geração.

Na segunda metade do século XX surgiram os direitos de terceira geração, que tem como titular não o indivíduo, mas os grupos humanos, como o povo, a nação, coletividades étnicas, minorias discriminadas e até o direito de autodeterminação dos povos. [...] Entre esses direitos da terceira geração estariam também os dos “novos movimentos sociais”, como direitos relativos a interesses difusos, direito do consumidor, direito à ecologia, direito à qualidade de vida, direito da terceira idade, direito das crianças, dos jovens. (KROHLING, 1997, p.118).

A capacidade de intervenção do cidadão é apontada por Duarte (2009) no seu conceito de cidadania: cidadania implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos. O cidadão é um sujeito capaz de interferir na ordem social em que vive, participando das questões públicas, debatendo e deliberando sobre elas. A cidadania é histórica e varia conforme o contexto do período histórico em que se vive, mudando portanto, quem a exerce plenamente. A capacidade política dos cidadãos e a qualidade participativa influenciam a ampliação dos direitos de cidadania. Ela é sempre uma conquista do povo e as formas de participação dependem da sociedade política em que se vive. “A cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos”. (PERUZZO, 2002, p. 4).

Observa-se que no decorrer da história, o conceito de cidadania passou por transformações e requer hoje a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Segundo Peruzzo (2007), a cidadania exige participação nos seus múltiplos sentidos e dimensões.

Na década de 60, na América Latina, são implantados regimes militares que violam os Direitos Humanos e a liberdade democrática. Neste contexto, destaca-se a valorização da cidadania pela Igreja Católica, que através do Concílio Vaticano II e a publicação da Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXII, começou a atuar firmemente na defesa pelos direitos humanos e pela cidadania. A Igreja abraça através da sua Doutrina Social os direitos do ser humano, impulsionando novas ações pastorais neste sentido.

Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis, e inalienáveis. (JOÃO XXIII, 1963, parte I).

A Encíclica foca seu olhar preferencialmente aos pobres, e se expressa no ideal de “ver o mundo com os olhos dos pobres”, identificar-se com suas necessidades, com o seu sofrimento, demandas e anseios para então buscar compreender a sociedade e constituir uma nova espiritualidade. Pobre nesse sentido ultrapassa condições econômicas, ressalta outras formas de opressão como cultural, étnica, racial, sexista. O pobre não é mais um único sujeito, as lutas pela justiça e cidadania são múltiplas e a construção de uma sociedade mais inclusiva complexa.

O novo olhar da Igreja busca transformar o pobre em sujeito da história, sujeito evangelizador e sujeito de seu destino e da luta pela justiça, cidadania e direitos, conduzindo-o a uma ação na qual ele possa transformar-se e ser ele mesmo protagonista das transformações da história. A Igreja Católica compreende que faz parte da essência de sua missão evangélica a luta pela justiça, pelos direitos do ser humano, pela cidadania, o apoio efetivo à organização popular, tendo sempre presente que esse apoio tem por objetivo fortalecer o protagonismo dos agentes sociais na transformação da realidade e não o de substituí-los como sujeitos da história.

Desde então a preocupação da Igreja Católica com os aspectos da cidadania manifesta-se na Doutrina Social da Igreja (DSI), conjunto de escritos e mensagens – cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos, declarações – que compõe o pensamento do magistério católico a respeito da chamada “questão social”. Através da DSI o olhar da Igreja dirige-se ao mundo exterior, identificando nele os desafios principais à fé cristã e buscando alternativas às contradições da sociedade em que vive.

O pensamento da Igreja salienta que a consciência da cidadania faz ver que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Essa dimensão abre o povo para os problemas sociais locais, nacionais, internacionais: de moradia, saúde, alimentação, educação, direitos, discriminação. Através da prática da cidadania os indivíduos ganham poder de interferir decidir, modificar, criar e usufruir, em condições de igualdade dos direitos e deveres inerentes a cidadania. Mas para que a cidadania de fato se consolide, faz-se necessário formar os indivíduos para que compreendam o ser cidadão, conheçam de fato seus direitos e deveres, analisem criticamente a sociedade e se tornem agentes transformadores de suas realidades.

3.2 Educar para Cidadania

Formar cidadãos, eis um dever do Estado, das instituições que o compõe. Todos nós deveríamos entender a cidadania e participar de forma ativa da busca pela sua concretização na sociedade. Acreditamos compreender o que é a cidadania e o que a envolve, mas nem sempre lembramos que assim como temos direitos, também temos deveres, somos os responsáveis por analisar criticamente a forma como ela se desenvolve na sociedade e lutar pelas transformações necessárias.

A educação pela cidadania ultrapassa os ambientes formais de educação, ela é responsabilidade de toda sociedade em conjunto, de cada indivíduo em seu contexto social.

A educação para a cidadania se insere num movimento amplo de luta pelos direitos humanos no mundo inteiro; um movimento pluralista, polissêmico, vário, polêmico, divergente, mas um movimento histórico concreto, aliás, o único movimento que tenha uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras estaduais, tanto horizontalmente (as redes) como verticalmente (do bairro às Nações Unidas). (TOSI, 2004, p.04).

Peruzzo (1998) comenta que nos inserimos em processos de educação para cidadania informais ao participarmos de uma práxis cotidiana voltada para os interesses e necessidades dos próprios grupos do qual pertencemos, ou ao participarmos de organizações e movimentos comprometidos com interesses sociais mais amplos. “É no dia-a-dia, no relacionamento com as instituições que afetam diretamente a vida das pessoas, como uma associação de moradores ou poder público local, que se firmam os alicerces da educação para a cidadania”.

Dentro dessa concepção de aprendizado da cidadania em espaços informais, Haddad (2003) sugere a ideia da “cidadania ativa”, que requer a participação na esfera pública, a relação com outros atores, com interesses divergentes e diversos.

Tem como base o respeito em relação às diferenças e a superação das desigualdades sociais, bem como a capacidade de dialogar, buscar consensos que privilegiem a maioria dos envolvidos, ou, num sentido mais amplo, o bem comum. Tal processo não é fácil de ser produzido, dado o emaranhado de interesses e a necessidade de construção de uma outra cultura de solidariedade. (HADDAD, 2003, p. 02).

Nesta luta diária de novas relações é que se apreende o compromisso com o respeito pelos direitos de outras pessoas ou grupos sociais, portanto, com seus deveres. Paixão (2000) expõe o papel das instituições da sociedade nesse processo, mas cita como dever natural da escola educar para cidadania.

A educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão da vida pública, mas naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e as práticas duma cidadania ativa. (PAIXÃO, 2000, p. 11)

Mas não basta aprender somente o conceito de cidadania para que transformações aconteçam. Gentili e Alencar (2001) afirmam que o mais importante é a prática dessa definição. Cidadania significa, além do reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, o cumprimento dos mesmos por parte da sociedade. A cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que constituem a vida cotidiana dos indivíduos.

Educar é um ato que visa à cidadania e a tomada de consciência política, que somente se concretiza se houver a prática de reivindicação, da apropriação de espaços, do confronto para fazer valer os direitos do cidadão. A consciência crítica só se efetiva através de um processo educativo, onde os indivíduos incentivados por uma comunicação dialógica refletem a realidade e motivam-se a participar, a tornarem-se agentes de transformação. "A ampliação da cidadania levará o homem e a mulher a serem, cada vez mais, sujeitos e não objetos da história". (PERUZZO, 1998, p. 287). A prática da cidadania pode ser o caminho para a construção de uma sociedade melhor, mas requer um processo de formação para de fato chegar lá.

Peruzzo (2002) lembra que educação significa "educar para a sociedade". É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, a construção de um saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também "educar para a convivência social e a cidadania", para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão. O educar para cidadania só pode se concretizar através de um processo de relações horizontais, dialógicas, onde um em contato com o outro reflita sobre a realidade, se conscientize sobre as necessidades dessa realidade e busque viver a prática cidadã.

O processo educativo nutre-se da comunicação como fonte para realizar seus objetivos. “Educar para cidadania envolve o incentivo a criança, ao jovem ou ao adulto a desenvolver hábitos de solidariedade, de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por si e pelos outros, de respeito pela diferença e pelo bem comum”. (ARAÚJO, 2002, p.03). A educação para cidadania envolve ainda o ensinar o indivíduo a expor suas ideias, saber escutar e desenvolver condutas de tolerância para num futuro próximo, serem capazes de fazer escolhas livremente.

Essas questões atribuídas a educação para cidadania exigem processos baseados em uma educação dialógica para que de fato aconteçam. É esse modelo de educação que possibilita uma construção compartilhada e solidária de conhecimentos, priorizando os educandos como sujeitos do processo. O aprender nesse sentido, significa tomar consciência da realidade e o ter consciência é justamente ter conhecimento do seu ambiente e de sua história, aprender a realidade subjetiva e objetiva.

A partir desse diagnóstico, refletir sobre sua responsabilidade e conceber uma prática individual, e também coletiva, para interferir e modificar esta realidade. A construção de uma cultura de paz requer uma prática educativa que promova a capacidade de crítica e a formulação de propostas, e não a passividade, que termina por ser cúmplice dos mecanismos de injustiça e violação de direitos. (HADDAD, 2003, p. 03).

Diante do cenário multicultural, diferenciado, em que nos encontramos, surgem novos autores sociais na participação política. Há necessidade de se manter uma reflexão permanente sobre o “ser cidadão”, e pensar em alternativas que possibilitem a concretização de uma cidadania plena. A Igreja Católica como uma instituição que atua na construção da sociedade, concretiza a formação para cidadania através de sua ação Pastoral. Destaca-se no contexto atual a necessidade de formação aos jovens: “há a necessidade de formar o jovem para o exercício da cidadania e direitos humanos à luz do Ensino Social da Igreja”. (CNBB, 2007, p. 52).

A educação para cidadania necessita da comunicação como base do processo, para se concretizar. Na trajetória da Igreja Católica destacam-se ações que se apropriaram da comunicação popular como alternativa para transformações sociais, proporcionando interferências na sociedade e contribuindo para mudanças de contextos desfavorecedores da cidadania, como será demonstrado a seguir.

4 COMUNICAÇÃO POPULAR E A EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA

4.1 A Comunicação do povo e para o povo

Apesar das dificuldades e das desilusões, algumas experiências de envolvimento popular na comunicação comprovam que o homem e a mulher encerram a potencialidade de ser sujeitos da história. Ser sujeito e não mero objeto é a essência da condição humana. (PERUZZO, 1998, p. 23).

Inserir o indivíduo na sociedade, fortalecendo a cidadania, favorecendo a mudança social e a transformação do indivíduo em sujeito, eis o propósito da comunicação popular. “Uma comunicação que vem do povo ou tem a ver com ele. O povo aparece como protagonista mesmo que não na totalidade, de novas práticas culturais, sociais e políticas”. (PERUZZO, 1991).

Está [a comunicação popular] articulada a um processo de conscientização-organização-ação mais amplo de setores de classes subalternas. [...] Ela não tem um fim em si mesma, mas relaciona-se com um pleito mais amplo. É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. (PERUZZO, 2004, p. 125).

Povo nesse sentido compreende-se como sinônimo das categorias sociais que não detém poder político e nem econômico, é um conjunto de classes subalternas. Povo não tem estatuto teórico e universal, não se podendo, portanto, vê-lo sob uma categoria de análise prefixada. “Considera-se esse conceito dentro de um contexto, como uma realização histórica, cujos interesses variam em função de fatores determinantes, estruturais e conjunturais, constituindo-se sempre num todo plural e contraditório”. (PERUZZO, 1998, p.117,118).

Ligada à cultura do povo, a comunicação popular caracteriza-se pelas manifestações populares e se estrutura de acordo com a forma com que as pessoas se expressam a respeito de determinados assuntos e pelos pontos de interesse dos indivíduos. Possibilita o reconhecimento e a construção de identidade das comunidades. A compreensão da comunicação popular passa necessariamente por um mergulho profundo no universo das culturas populares, em meio a todos os conflitos e ambiguidades que elas encerram. “Torna-se indispensável entender e resgatar os valores que perpassam o cotidiano e o imaginário, tanto de emissores

quanto de receptores e que vão se configurando como a mediação da comunicação popular”. (COGO, 1998, pág. 49).

Peruzzo (1991) coloca que é necessário considerar que através da comunicação popular se pode compreender processos comunicativos variados. Ela vai de pequenos veículos de comunicação dirigida, à comunicação grupal e até perpassa espaços nos meios massivos, como dos veículos orais, impressos, visuais e audiovisuais. Pode se realizar com metodologias não uniformes. “Umás são participativas, outras permanecem no esquema de serem espaço ocasional para 'voz do povo', outras nem chegam a isso, se constituindo em práticas até autoritárias de comunicação.” (PERUZZO, 1991, p. 70).

A comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação, uma vez que proporciona acesso e participação do público na produção e tomada de decisão, construindo:

[...] um espaço de comunicação democrática, vinculada aos interesses dos segmentos subalternos da população, tanto em sua metodologia quanto a sua forma e em seu conteúdo. [...] Ela perpassa as relações interpessoais e grupais e ali ajuda a construir a base de nova cultura popular. (PERUZZO, 1998, p. 126).

Outras denominações recebe a expressão comunicação popular, de acordo com o lugar social e o tipo de prática em questão. Segundo Peruzzo (2006), comunicação alternativa, participativa, horizontal, dialógica, comunitária, são termos que a nomeiam, mas convergem no sentido político, tratando-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população em processo de mobilização, visando atingir seus interesses, suprir necessidades de sobrevivência e de participação política e com o objetivo de estabelecer a justiça social. Desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente no Brasil, o termo comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação no seu sentido menos politizado. “Na prática, a comunicação comunitária por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas tipicamente da comunicação popular em sua fase original e, portanto, confunde-se com ela, mas ao mesmo tempo constrói outros matizes”. (PERUZZO, p. 369, 2008).

Peruzzo (1998) classifica a comunicação popular como “popular-alternativa” ao relacioná-la com os movimentos sociais. É uma comunicação que luta por melhores condições de existência para o povo, mediante movimentos de base

organizados. Posiciona essa corrente de dois modos: uma surgida em 80, a “popular esquerdizante”, que concebe a comunicação popular como libertadora e crítica, capaz de levar à transformação social através de conteúdos críticos e reivindicatórios, antagônica a comunicação de massa, e outra que aparece no início dos anos 90 com uma posição mais dialética e flexível, considerando que a comunicação popular pode contribuir para democratização dos meios de comunicação e da sociedade. “Não se contrapõe a comunicação de massa e percebe que não consegue conduzir a uma transformação imediata devido às limitações, contradições e sua inserção na grande diversidade cultural”. (PERUZZO, 1998, p. 119). As duas linhas de pensamento coexistem e são uma realização da sociedade civil.

Já Kaplún (1985), refere-se ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, como “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. O autor salienta os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, e esclarece que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade”, “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Nessa perspectiva os meios de comunicação são concebidos como instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador.

Compreende-se que a comunicação popular se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, ela surge através dos movimentos populares e representa um espaço de participação democrática do povo. Traz um conteúdo crítico-emancipador e tem o povo como protagonista principal, tornando um processo educativo e democrático. “Situa-se como instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção da sociedade”. (PERUZZO, 2006, p. 04).

O desenvolvimento da comunicação popular no Brasil contou com participação significativa da Igreja Católica. Apropriando-se da comunicação popular, a instituição se aproximou das classes menos favorecidas da sociedade auxiliando-as a reivindicar seus interesses como povo cidadão. O envolvimento da Igreja com a comunicação popular e sua preocupação com a constante evolução da área, serão demonstrados no próximo.

4.2 Comunicação Popular no Brasil: a Igreja Católica como protagonista

“Há cerca de quarenta anos se faz, se ensina a fazer e se produz conhecimento sobre comunicação popular no Brasil e na América Latina”. (TAKADA, 2008, p. 02)

Peruzzo (2006) situa a origem da comunicação popular atrelada aos movimentos sociais denominados populares, atuantes no Brasil e na América Latina como um todo, nas décadas de 70 e 80. Período este de reação aos ditames da ditadura militar que resultou em situações políticas e econômicas frágeis, envolvendo altos índices de desemprego, fome, mortalidade infantil, dependência de outros países, principalmente dependência cultural, a qual engloba a comunicação. O controle dos meios massivos pelos regimes autoritários e ditatoriais favoreciam os interesses e projetos políticos desses grupos. “A inserção da comunicação popular nos movimentos cumpre um papel instrumental na defesa dos interesses e na expressão das reivindicações dos grupos populares”. (MOTTA, 1987, p. 46).

A comunicação popular surge vinculada aos movimentos populares e outras formas de organização de segmentos populacionais mobilizados e articulados e que têm por finalidade contribuir para a mudança social e a ampliação dos direitos de cidadania. Para Festa (1986), a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas, sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo, e se refere “ao modo de expressão das classes populares”. Surge assim uma comunicação ligada às lutas do povo, que busca de forma organizada, melhores condições de vida. Peruzzo (2004) aponta quatro características que se relacionam entre si, a respeito da comunicação popular inserida nos movimentos populares:

Expressão de um contexto de luta: comunicação que se desenvolve no bojo da educação popular libertadora, relacionada diretamente às lutas populares e que tem na defesa da vida sua principal razão de existir; Conteúdo crítico-emancipador: aparece na luta por uma sociedade justa, como uma forma de criticar a realidade atual na busca pela emancipação social e humana; Espaço de expressão democrática: a comunicação aparece de forma democrática, tanto na sua metodologia como em seu conteúdo e está vinculada aos segmentos subalternos da sociedade; Instrumento das classes subalternas: acontece num processo de luta de classes e é vista como oposição à comunicação massiva que, subordinada ao poder da classe dominante, é considerada alienante e deturpadora dos interesses populares. (PERUZZO, 2004, p. 124-129).

Participa do processo de emergência da comunicação popular no Brasil a Igreja Católica, que através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) também realizou ações que buscavam transformações sociais. Marques de Melo (2005) aponta que as práticas de comunicação têm variado no tempo, correspondendo às mutações estruturais da Igreja e refletindo o seu relacionamento com a sociedade global. O autor identifica quatro fases na história da caminhada da instituição em relação à comunicação, que mostram o relacionamento da Igreja com a sociedade, sua integração com o povo de Deus, sua familiarização com as inovações tecnológicas, mas, sobretudo, na sua profunda transformação pastoral.

A primeira fase é aquela em que o comportamento da Igreja está orientado para o exercício da censura e da repressão. Vai do período Papal de Inocêncio VIII ao século XIX e sua maior expressão, que se projetaria até os nossos dias, é a Santa Inquisição. A segunda fase reflete o início de um novo pensamento da Igreja, registra uma mutação profunda e se traduz pela aceitação desconfiada dos novos meios de comunicação. Seus marcos históricos são o pontificado de Leão XIII e a convocação do Concílio Vaticano II, pelo Papa João XXIII. A Igreja começa nesse momento a mudar sua postura em relação à imprensa. A terceira fase corresponde à velocidade com que se dão as transformações sociais e tecnológicas. A Igreja vê-se compelida a acertar o passo, a se adaptar às exigências do mundo contemporâneo, assumindo a postura de que é preciso evangelizar, multiplicar a palavra do Evangelho, utilizando os modernos meios de comunicação. A quarta e última fase é a que nos encontramos hoje, em particular a América Latina, depois da Conferência Episcopal realizada em Puebla. “A Igreja supera a fase do deslumbramento ingênuo e deixa de acreditar que a tecnologia pode resolver os problemas da ação evangélica”. (MARQUES DE MELO, 2005, p. 23-24).

A comunicação popular aparece como possibilidade na quarta fase, onde a Igreja por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passa a incentivar e patrocinar as experiências de comunicação do próprio povo. Para Marques de Melo (2005) essa prática mostra que a Igreja se compromete com a fé do povo e avalia criticamente sua comunicação, buscando novos meios, novas formas, abrigando novos conteúdos.

As CEBs surgem na década de 60 quando a Igreja Católica posiciona-se politicamente como oposição ao governo militar, que afinava sua política com o

desenvolvimento econômico. Era a época do “milagre brasileiro”, entretanto, havia uma distribuição negativa de renda e a ditadura militar fortalecia-se. A repressão a partir da imposição do AI 5 atingia o país e os meios de comunicação estavam sob censura. Membros do próprio clero ou do laicato eram atingidos pela situação política. Grupos católicos estavam em choque com o aparelho repressivo e eram representados pela Ação Popular (AP), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). A Igreja dividia-se em três alas:

Progressista, encabeçada por D. Hélder Câmara, pregava contra a violência e as injustiças sociais, encoraja a promoção humana; Conservadora, liderada por D. Geraldo de Proença, arcebispo de Diamantina, denunciava a ameaça subversiva e imperturbavelmente apoiava o regime militar; e Moderada, caracterizada por não tomar qualquer posição pública sobre injustiça social e problemas sócio-econômicos. Tinha a tendência de se unir aos “Progressistas” quando a questão era a defesa do clero implicado em torturas ou vexames. (PINHEIRO, 2009, p. 04).

A Igreja interferia sócio e politicamente através da Ação Católica, que tinha como objetivo orientar os partidos católicos e a rede de organizações sociais cristãs. Ramificava-se em: Juventude Operária Católica (JOC), que deu grandes contribuições na década de 60 para a Igreja começar uma transformação de sua postura diante dos problemas pelos quais passava o país; no Movimento de Educação de Base (MEB), ligado ao Método Paulo Freire, conceito de horizontalidade, e a Ação popular; e ao Movimento por um Mundo Melhor (MMM), curso orientado pelo padre José Mairins (1960-1965) com o propósito de renovação apostólica e espiritual, recaindo sobre a inovação da estrutura paroquial e propiciando o aparecimento, até certa medida, das Comunidades Eclesiais de Base. O lançamento oficial das CEBs parte das iniciativas do Plano de Emergências da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que resultou no Primeiro Plano Pastoral de Conjunto (1965 – 1970). As comunidades católicas ganham um aspecto dinamizador, e o leigo deixa de frequentar a Igreja somente com o intuito de usufruir de funções sacramentais, sente-se acolhido e com responsabilidades.

Segundo Festa e Silva (1986), as CEBs são pequenos núcleos nos quais as pessoas se reúnem animadas pela fé cristã, através da qual o trabalhador rural, a dona de casa, o jovem, o operário, etc. descobrem os signos de morte e de injustiça, e, a partir do próprio Evangelho, buscam identificar os signos de vida e de transformação da sociedade. Segundo Beto (1985), são denominadas comunidades

por reunir pessoas com a mesma fé que pertencem a mesma Igreja e vivem em comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. Eclesiais, pois são congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. E de base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares).

As CEBs se multiplicaram no período de 68 a 78 surgindo cerca de 80 mil em todo o Brasil. “Foi através dessas comunidades que se empenhavam em reivindicações de interesse cristãos e também de todo o povo da região, que em algumas regiões do país nasceram os movimentos populares”. (BETTO *apud* FESTA; SILVA, 1986, p. 13-14). O trabalho das Comunidades segundo Gomes (1990) utilizava-se da educação popular, onde os assuntos cotidianos eram analisados e discutidos aplicando-se o método ver-julgar-agir.

Para este trabalho eram produzidos diversos materiais “didáticos” voltados para um público popular. É o ponto de partida para se pensar veículos de comunicação popular nas CEBs. No entanto, o que se verifica é que a participação do povo na elaboração destes materiais era limitada. Há no Brasil uma extensa rede de comunicação popular tecida pela multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cordel, cadernos de formação, elaborados pelas comunidades eclesiais de base. [...] A comunidade sugere o texto ou o tema, os agentes fazem a primeira redação e a submetem à crítica da comunidade antes de considerá-lo acabado. Para a comunidade, sua possibilidade de entender o que está escrito é determinante na aprovação do texto. (BETTO, 1985, p. 14-15).

É a partir das CEBs que se consolida um novo jeito de ser Igreja. As comunidades permitem que os indivíduos através de sua motivação religiosa busquem no Evangelho pistas para sua atividade social e participem de todos os aspectos da vida comunitária. As CEBs comprometem-se com a transformação da sociedade através do engajamento pessoal, ou comunitário dos cristãos nas lutas por melhorias na comunidade, bairros, vilas, cidades. Essas pequenas lutas que são o ponto de partida para a tomada de consciência das estruturas políticas que regem a sociedade e exigem ser transformadas. A partir do incentivo a participação dos indivíduos, as CEBs se tornaram espaços de práticas democráticas de comunicação e respeito às opiniões divergentes. A metodologia baseava-se no pensamento do educador Paulo Freire onde através da conscientização, o indivíduo é levado à ação.

Freire é justamente o responsável por inspirar a promoção do pensamento crítico da comunicação na América Latina. O autor, como já detalhado neste

trabalho, propõe um modelo de educação baseado no diálogo e na participação onde o conhecimento é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo, e a comunicação se define como situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas, ao invés de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo. Freire também contribuiu para a nova compreensão da comunicação pela Igreja Católica, motivada por mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II pela Conferência de Medellín, na Colômbia.

Cogo (1996) comenta que na verdade Freire antecipa uma nova postura que viria a ser reafirmada e assumida efetivamente pela Igreja no início dos anos 70, quando alguns setores, sobretudo os mais progressistas, passaram a valorizar a utilização dos meios não massivos na promoção da evangelização. Os bispos enaltecem a utilização dos meios alternativos grupais de comunicação e se encarregam de disseminar a expressão “dar voz aos que não tem voz”.

No ano de 1979 a III Conferência Episcopal realizada em Puebla, no México, à luz da Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres, a Igreja reafirma e prioriza práticas de comunicação que já estavam sendo vivenciadas pelas CEBs. “A Igreja, sem rejeitar os meios de comunicação, enfatiza o uso da comunicação popular ou comunicação de grupo, como uma alternativa que leva em conta um processo dialógico e participativo na comunicação”. (PUNTEL, 1994, p. 128). Assume-se assim um novo olhar para a comunicação. Segundo Marques de Melo (1986), “é possível perceber uma Igreja que trabalha não apenas para dar voz aos que não tem voz nem vez, mas, sobretudo para que os sem voz e vez construam seus próprios meios de comunicação”.

A forma de percepção da comunicação pela Igreja através dos séculos difere em cada época segundo os critérios e culturas de cada fase. Analisando os documentos da Igreja percebe-se que a relação da instituição com os meios de comunicação amadureceu. A Igreja assumiu uma postura ativa e interessada frente à evolução tecnológica e as possibilidades através dos meios. Destaca-se a formação para recepção e utilização dos meios.

Puntel (2007) analisando os documentos da Igreja em relação à comunicação aponta que uma significativa evolução de pensamento começa a tomar corpo. A Igreja tem se esforçado para compreender e expressar seu desejo de inculturar-se nos novos espaços dos processos comunicativos.

Ela já não concebe mais a comunicação de forma restrita ou simplesmente como “meios” ou “instrumentos” a serem usados ou dos quais precaver-se. Agora, ela se esforça para prosseguir na mudança de mentalidade, tentando compreender na prática (porque nos documentos ela já o fez), como modificar seus métodos pastorais para que tenham em conta que a comunicação vai além do “manipular” máquinas de comunicação. Trata-se de uma cultura. A cultura midiática. (PUNTEL, 2007, p.62).

Um novo enfoque de missão da Igreja no mundo atual encontra-se na encíclica *Redemptoris Missio* (1990), que se refere aos novos “areópagos” modernos como lugar de evangelização, situando o mundo da comunicação em primeiro lugar e insistindo no novo contexto comunicativo como uma “nova cultura”. É preciso superar uma leitura simplesmente instrumental da mídia, mas integrar a mensagem nesta nova cultura criada pela comunicação social. Compreende-se assim a mídia como uma cultura dos nossos tempos.

A Igreja insiste sobre a formação para comunicação no documento *Aetatis Novae* (1992), levantando pontos que convidam para uma educação e aprimoramento em atualizar-nos e formar-nos nesta área. Destaca-se a comunicação como componente essencial na formação dos que estão a serviço da Igreja.

As questões das comunicações e da comunicação de massa abrangem todos os níveis do ministério pastoral, incluindo a educação. Um plano pastoral de comunicação deveria esforçar-se por propor possibilidades de educação em matéria de comunicação, apresentando-as como componentes essenciais da formação dos sacerdotes, religiosos e religiosas ou animadores leigos. (NA, 1992, n. 28).

A proposta da Igreja de formação para comunicação está em concordância com a proposta da Educomunicação, conceito que será abordado no próximo capítulo.

5 EDUCOMUNICAÇÃO COMO CAMPO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Destacamos anteriormente que o processo de educação para cidadania consolida-se através de um processo comunicativo que favoreça a participação dos indivíduos, tornando-os conscientes de sua realidade e sujeitos de transformação. A comunicação popular atende essa perspectiva auxiliando o povo a refletir, discutir e expressar-se a cerca de sua realidade, constituindo assim um espaço de comunicação democrática e de consolidação da educação.

Freire (1971) considera a comunicação como fundamental nas relações humanas, assim como a inter-relação de seus elementos básicos no processo educativo. Para haver conhecimento, é necessária uma relação social igualitária e dialogal entre os sujeitos, que resulta em uma prática social transformadora. Baseado em Freire, Francisco Gutiérrez defende o princípio de que o “processo de comunicação é essencial à educação” e que “o processo de aprendizagem é autêntico quando se efetua uma mudança naquele que aprende. Por esse motivo a aprendizagem pressupõe a interação, o intercâmbio”. (GUTIÉRREZ, 1978, p. 33-39).

A inter-relação Comunicação/Educação consolidou um novo campo denominado Educomunicação, que surge dentro da perspectiva da comunicação popular, da realidade dos movimentos sociais, como uma nova área de intervenção social focada em um processo educativo para e através da comunicação. Segundo Soares (1999) o novo campo se apresenta com autonomia: tem filosofia própria, história e reconhecimento da sociedade, não comungando dos mesmos princípios do campo da comunicação.

Martín-Barbero (2002) emprega o conceito no âmbito das tecnologias, ressaltando a nova atmosfera criada pela presença delas. A Educomunicação representa um ideal de relações, construída coletivamente em dado espaço, favorecendo o diálogo social e levando em conta as potencialidades dos meios de comunicação e suas tecnologias. As políticas culturais e comunicacionais na educação devem passar pelas “ambíguas e completas interações entre o ecossistema comunicacional e o sistema político em sua indelegável responsabilidade de dinamizar a educação e criatividade cultural, incluindo em ambas a invenção científica e a inovação tecnológica”. (MARTÍN-BARBEIRO, 2002, p. 56, tradução nossa).

Soares (1999) aponta que o campo traz como garantia de sobrevivência o diálogo com outros discursos que permite também a construção de sua especificidade. “A Educomunicação se estabelece de modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social”. (SOARES, 1999, p.65). Propõe mudar um conceito, um olhar sobre as duas áreas que o compõe, estimulando a participação, relacionando conhecimento e aprendizagem. O autor define a Educomunicação como:

Um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. (SOARES, 2002a, p. 115).

Ecossistemas comunicativos são entendidos como um sistema complexo, dinâmico e aberto, coformado como um espaço de convivência e de ação comunicativa integrada. (SOARES, 2011, p. 44). O conceito é explicado por Soares (2011) levando em conta a existência de diferentes tipos de relações entre os mundos físico, biológico e social. No meio social existem sistemas ricos e intensos de expressão vital: relacionamentos entre pessoas, na família, escola, ou mesmo no espaço cibernético, que representam diferentes modelos de ecossistemas que convivem a partir de regras e se estabelecem coformando determinada cultura comunicativa.

A Educomunicação, como uma maneira própria de relacionamento, faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem, convivência. (SOARES, 2011, p. 45).

Entende-se desse modo que a relação dialógica presente na Educomunicação não é dada pela tecnologia adotada, mais ou menos amigável, mas essencialmente pela opção por um tipo de convívio humano. Sustentando-se no diálogo, a Educomunicação busca promover a educação emancipatória que prepara o sujeito para pensar, desenvolver sua consciência e senso crítico. Aliando a comunicação à educação torna-se possível formar a competência comunicativa do cidadão. O novo campo objetiva facilitar os processos de aprendizagem e auxilia o

ser humano a expressar-se. Soares (1999) defende quatro áreas de intervenção social na Educomunicação.

A primeira delas denominada área da Educação para Comunicação busca ensinar a lidar com os meios de comunicação e com o universo audiovisual e virtual de maneira crítica e consciente. “Alimenta-se dos estudos de recepção e volta-se para as reflexões em torno da relação entre os polos vivos do processo de comunicação (relação entre os produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens), assim como no campo pedagógico, para os programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios”. (SOARES, 2002, p. 20 e 21).

As ações nessa área voltam-se, tanto na educação formal quanto na não formal, para o estudo e a compreensão do lugar que os meios ocupam na sociedade, estudando seus impactos, as implicações da comunicação mediatizada, a participação e a modificação do modo de percepção que ela propicia. Essas ações promovem “o papel do trabalho criador, o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais”. (SOARES, 1999, p. 28)

Os programas de educação para os meios desenvolveram-se na América Latina em instituições de comunidades, bairros e subúrbios, paralelamente ao ensino formal. A chamada “leitura crítica dos meios” difundiu-se no continente graças à contribuição pedagógica de Paulo Freire e à estratégia de grupos de educadores que lutavam contra o imperialismo cultural norte-americano, os quais acreditavam na consciência crítica das audiências como uma forma de resistência a esse domínio. Enfatiza-se assim na América Latina a produção e a busca de alternativas comunicacionais, cujo objetivo é romper com a unidirecionalidade dos processos de comunicação existentes. Para isso, enfoca-se o receptor. “No caso, privilegia-se o polo do receptor, trabalhando com a pessoa no sentido de fortalecer a sua consciência de pertença a um grupo social concreto, com valores a afirmar e projetos a concretizar”. (SOARES, 1999, p. 33).

A segunda área, da Mediação Tecnológica na Educação, “preocupa-se com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos pela comunidade educativa, garantindo, além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão”. (SOARES, 2011, p. 48). Um dos protagonistas que tem contribuído para pensar sobre as sociedades mediatizadas tecnologicamente tem sido Jesús Martín Barbero, que introduziu o debate da

perspectiva cultural das relações comunicacionais trabalhando o conceito de ecossistema comunicativo. O autor afirma que para enfrentar o desafio tecnológico

[...] devemos estar conscientes de dois tipos de dinâmicas que movem as mudanças na sociedade: a incidência dos meios tradicionais e o impacto das novas tecnologias na vida em sociedade, garantindo contudo, que num primeiro momento, o que aparece como estratégico, mais que a intervenção dos meios, é a aparição de um ecossistema comunicativo que está se convertendo em algo tão vital como o ecossistema verde, ambiental. (SOARES, 2001, p. 121).

A área da mediação tecnológica supera a tradicional visão instrumental das tecnologias, discutindo o cenário e o ambiente em que atuam, como ressalta Soares ao citar Marisol Moreno: “Nesse sentido, o âmbito dos debates é o das mediações e não apenas o da 'instrumentalidade tecnológica'”. (SOARES, 2002, p. 19). Parte-se do princípio de que existe uma nova realidade: “[...] os modernos recursos da informação, especialmente o computador, vieram abalar a dicotomia entre Comunicação e Educação, permitindo aos educadores e aos educandos a ampliação de suas possibilidades de expressão e de produção cultural”. (SOARES, 2001, p. 121).

A área de Gestão da Comunicação, terceira área, “trata de um campo voltado para o planejamento e execução de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo a criação e o desenvolvimento de ecossistemas comunicativos mediados pelos processos de comunicação e por suas tecnologias”. (SOARES, 2002, p. 24). A Educomunicação trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa buscando a convergência de ações sincronizadas em torno de um grande objetivo: ampliar o coeficiente comunicativo das ações humanas.

Para tanto, supõe uma teoria da ação comunicativa dialógica, uma ética de responsabilidade social para os produtores culturais; uma recepção ativa e criativa por parte das audiências; uma política de uso dos recursos da informação de acordo com os interesses dos polos envolvidos no processo de comunicação (produtores, instituições mediadoras e consumidores da informação), o que culmina com a ampliação dos espaços de expressão. (SOARES, 2002, p. 25).

A gestão da comunicação nos espaços educativos se dá tanto nos ambientes formais quanto nos informais e também naqueles voltados para a educação à distância, onde se formam comunidades virtuais. A principal característica da gestão é, segundo Soares (1999), a “costura” que o profissional faz entre as várias

vertentes que aproximam a Comunicação e a Educação, sempre por meio da ação prática. Os educadores podem utilizar inúmeras estratégias de atuação em processos inter-relacionais que o campo da comunicação possui, planejando ambientes que estimulem a participação e provoquem comportamentos, motivem estados de espírito criativos. Soares (1999) resume os objetivos da gestão comunicativa do seguinte modo:

[...] a gestão comunicativa visa garantir, mediante o compromisso e a criatividade de todos os envolvidos e sob a liderança de profissionais qualificados, o uso adequado dos recursos tecnológicos e o exercício pleno da comunicação entre as pessoas que constituem a comunidade, assim como entre esta e os demais setores da sociedade. (SOARES, 1999, p. 41).

Esta área tem o domínio de ações voltadas a mobilizar educadores (que também são comunicadores) e os educandos (que são também comunicadores) para o desenvolvimento de “uma produção processual, aberta e rica de comunicação no interior dos espaços educativos e nas relações destes com os meios de comunicação e com a própria sociedade”. (SOARES, 1999, p. 42).

A quarta área, área da Reflexão Epistemológica, dedica-se a sistematização de experiências e ao estudo do próprio fenômeno constituído pela inter-relação entre comunicação e educação, mantendo atenção especial entre a teoria e a prática. “Entende-se pertencente a essa área tanto um projeto de pesquisa voltado para o entendimento e a legitimação do novo campo quanto todos os programas de investigação sobre cada uma das vertentes que compõe a inter-relação”. (SOARES, 1999, p.46). As reflexões metodologicamente conduzidas vêm garantindo unicidade às práticas de Educomunicação, permitindo que o campo evolua, seja reconhecido e legitimado.

Soares (2011) aponta ainda, mais duas recentes áreas de intervenção: a área de Expressão Comunicativa através das Artes, que através da dança, música, pintura, escultura, realiza atividades educacionais no sentido de garantir espaços de fala, visibilidade e livre expressão dos sujeitos sociais, e a área da Pedagogia da Comunicação, onde se pensam os processos educacionais dentro das escolas e universidades, prevendo a multiplicação da ação dos agentes educativos (o professor e o aluno trabalhando juntos).

O campo da Educomunicação pode assim ser compreendido pela aproximação das áreas de intervenção aqui citadas a partir de um substrato comum

que é a ação comunicativa no espaço educativo. Ou seja, a comunicação interpessoal, grupal, organizacional ou massiva, promovida com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos através da atividade educativa e formativa.

Vários são os espaços que possibilitam a concretização de ações da Educomunicação, tanto os ambientes de educação formal quanto espaços de educação não formal e informal como a família, comunidades, Igreja.

A Igreja Católica em sua trajetória, sempre se interessou pela comunicação, segundo os critérios e cultura de cada época, bem como o grau de compreensão da Igreja em cada período. As formas de percepção da comunicação mudaram através dos séculos. A Instituição reconhece a importância do novo campo e o assume como instrumento de formação em sua missão, formando líderes capacitados para atuar na ação pastoral dentro da perspectiva da educomunicação.

5.1 A Educomunicação na proposta da Igreja Católica

Resgatando a memória da comunicação da Igreja Católica no Brasil, que descreve sua presença na produção em diferentes meios – impressos, radiofônicos e audiovisuais –, “constata-se a preocupação com a cultura, as escolas de comunicação e a formação para a comunicação, tanto na produção quanto na recepção”. (CNBB, 1994, p. 115-119).

A reflexão da Igreja acerca da comunicação data da publicação do documento *Vigilanti Cura*, em 1936, que reflete sobre o cinema e as formas de recepção por parte do telespectador. A partir desse momento, novos documentos surgem trazendo a preocupação a respeito da educação do receptor. No decreto *Inter Mirifica* (1963), a Igreja torna-se mais explícita a respeito da formação e pede que os sacerdotes e leigos não somente preocupem-se com os receptores, mas também se preparem para o mundo da comunicação.

Cresce assim o incentivo, em termos de documentos, sobre a formação para comunicação, demonstrando a preocupação por uma ação pastoral sempre mais inculturada na evolução tecnológica da sociedade. O documento de 1971, *Communio et Progressio*, ressalta a formação para comunicação segundo princípios

cristãos e o dever do campo da comunicação de ensinar os jovens a refletir e utilizar os meios de comunicação.

A Igreja considera hoje como uma das tarefas mais importantes prover a que os leitores ou espectadores recebam uma formação segundo os princípios cristãos, o que também é um serviço à comunicação social. O "receptor" bem formado será capaz de participar no diálogo promovido pelos meios de comunicação e saberá ser exigente quanto à informação. As escolas e organizações católicas não podem esquecer o dever que têm neste campo, especialmente o de ensinar os jovens, não só a comportar-se como verdadeiros cristãos, quando leitores, ouvintes ou espectadores, mas também a saber utilizar as possibilidades de expressão desta "linguagem-total" que os meios de comunicação põem ao seu alcance. Sendo assim, os jovens serão verdadeiros cidadãos desta era das comunicações sociais, de que nós conhecemos apenas o início. (Communio et Progressio, 1971, n.107).

Joana Puntel e Helena Corazza (2007) comentam que na história dos documentos e pronunciamentos da Igreja em relação a comunicação, ocorreu uma significativa evolução onde a Igreja progrediu no esforço por compreender e expressar o desejo de inculturar-se nos novos espaços dos processos comunicativos, a cultura midiática. A Instituição cresceu na compreensão de como modificar na prática seus métodos pastorais para que tenham em conta que a comunicação vai além do "manipular" máquinas de comunicação. A mídia deve ser compreendida como uma cultura dos nossos tempos. Segundo Zukowski (2000, *apud* PUNTEL; CORAZZA, 2007, p.63): "vivemos uma nova "mídiaesfera", "onicompreensiva" e global, que representa a nova infraestrutura no interior da qual a humanidade está criando novas redes de comunicação e relação, ao mesmo tempo está lutando para conservar certo senso de dignidade humana".

Em 2002, a Igreja apresentou ao mundo mais dois documentos, *Igreja e Internet* e *Ética na Internet*. "Com um estilo fluido, coloca-se em uma atitude de quem dialoga com o mundo da comunicação; aliás, coloca-se como aprendiz, embora ela reconheça os benefícios e os riscos que a Internet possa trazer". (PUNTEL; CORAZZA, 2007, p. 67). O documento *Igreja e Internet* afirma que a comunicação é mais do que um exercício de técnica e coloca que a educação e a formação constituem uma grande área de oportunidade e de necessidade.

Hoje, todos precisam de algumas formas de educação mediática permanente, mediante o estudo pessoal ou a participação num programa organizado, ou ambos. Mais do que meramente ensinar técnicas, a formação mediática ajuda as pessoas a formarem padrões de bom gosto e de verdadeiro juízo moral, um aspecto da formação da consciência. Através

das suas escolas e programas de formação, a Igreja deve oferecer uma educação mediática deste gênero. (Igreja e Internet, 2002, n. 7)

Na Carta Apostólica *Rápido Desenvolvimento*, de 2005, João Paulo II afirma que a Igreja passa por uma revisão de suas ações pastorais, do olhar para cultura e impõe algumas escolhas que são reconduzíveis a três opções fundamentais: formação, participação e diálogo. Quanto a formação ele afirma:

Em primeiro lugar, é necessária uma vasta obra formativa para fazer com que a mídia seja conhecida e usada de maneira consciente e apropriada. As novas linguagens por ela introduzidas modificam os processos de aprendizagem e a qualidade das relações humanas, razão pela qual sem uma adequada formação se corre o risco que ela, em vez de estar a serviço das pessoas, as instrumentalize e condicione com grande incisividade. Isto é válido, de modo especial, para os jovens que manifestam uma tendência natural para as inovações tecnológicas, e também por isto têm ainda mais necessidade de ser educados para o uso responsável e crítico dos *mass media*. (JOÃO PAULO II, 2005, n. 11).

Sobre o aspecto da participação, o Pontífice chama a atenção para o acesso aos *mass media* e para a *participação co-responsável* na sua gestão. As comunicações sociais devem encontrar sempre formas atualizadas para tornar possível uma ampla participação na sua gestão, fazendo crescer a cultura da co-responsabilidade. Em relação ao aspecto do diálogo, afirma que os *mass media* devem tornar-se veículos de conhecimento recíproco, de solidariedade e de paz por constituírem um recurso positivo e poderoso quando colocados a serviço da compreensão entre os povos.

Atenta a evolução da comunicação, a Igreja reconhece que os novos meios e tecnologias de comunicação, são cada vez mais utilizados, velozes e invasivos, modificando profundamente a existência cotidiana das pessoas. Segundo Puntel (2011), em seu artigo *A Igreja a caminho na comunicação*, criou-se uma cultura participativa e uma construção partilhada de conhecimento (“inteligência coletiva”). A cultura digital está dando lugar a novas linguagens e a Igreja assume o desafio de desenvolver uma comunicação adequada aos nossos tempos. Hoje a comunicação acontece a partir e entre os mundos sociais, seguindo um modelo de participação, colaboração, intercâmbio e diálogo, como percebemos no processo da internet e especificamente das redes sociais.

Como proposta de atuação diante desse contexto, a Igreja traz como alternativa para suas ações o conceito de Educomunicação, recorrente nas

orientações da instituição. O documento número 101 – “*A Comunicação na vida e missão da Igreja*”, elaborado no ano de 2011 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), revela a necessidade de se mergulhar no processo de Educomunicação tanto para cumprir a principal função da Igreja, evangelizar, como também para auxiliar o povo a impor-se como sujeito-cidadão na sociedade midiaticizada que vivemos hoje.

O documento expõe que é necessário entender a comunicação como experiência de vida, sem a qual “torna-se inviável pensar em evangelização coerente com os tempos de hoje.” Assim, o processo comunicativo deve ser centrado primeiro nas relações humanas, antes de pensá-lo como um fenômeno mediado pelas tecnologias. Corazza (2012) em análise sobre o documento coloca que a proposta é pensar e realizar uma comunicação que vá além da aprendizagem e dos elementos técnicos, “próprios do fazer midiático”, e leve em conta as condições para uma comunicação dialógica. A comunicação não se reduz a especialistas ou a produtores, mas “deve estar permanentemente presente nos percursos da formação do cristão”, envolvendo a família, a escola, a paróquia, as associações. A insistência é de que o processo formativo integre “a formação e a missão de todos quantos formam as comunidades”. O conceito de Educomunicação é retratado como:

O conjunto das ações voltadas a criar, desenvolver ambientes favorecedores da expressão dos indivíduos e grupos humanos, mediante a gestão compartilhada e democrática das linguagens e tecnologias da informação, de forma a garantir intencionalidade educativa a todo esforço comunicativo, tendo em vista o pleno exercício da cidadania. (CNBB,2011, p. 43).

Na visão do documento, a comunicação parte de uma dimensão antropológica, considerando o ser humano em relação com o outro e a comunidade, na integração com grupos sociais, constituindo ecossistemas comunicativos abertos e criativos, onde se aprende como construir condições favorecedoras de expressão. Considera-se o ser humano como sujeito do processo que vai assumindo progressivamente seu protagonismo, desenvolvendo sua autonomia e responsabilidade criativa. Essa visão apoia-se em FREIRE (1989) que afirma que “o mundo social humano não existiria se não fosse um mundo capaz de comunicar”, e “o mundo dos seres humanos é um mundo de comunicação”. “O documento reforça

que é necessário resgatar a condição de pessoa para que a troca comunicativa fundamente-se em princípios emancipadores”. (CORAZZA, 2012, p.99).

Na compreensão da Igreja Católica, todos devem estar em condições de interagir com o universo da mídia de modo crítico e criativo, adquirindo uma nova competência midiática. A preocupação pela formação não se restringe ao âmbito educacional ou à participação na comunidade, a relação com a mídia passa pelo cotidiano nas “instituições educativas como família, escola, paróquia, comunidades, associações”. Adota-se a perspectiva que entende a comunicação como um verdadeiro ecossistema de relações, onde toda ação do cristão se converte numa partilha.

No capítulo quatro do documento da CNBB (2011), “*A mídia e a urgência educativa*”, expõe-se a necessidade de educação para mídia e através da mídia. Para que a comunicação se efetive na vida do cristão e em toda ação pastoral como processo, conteúdo e rede, a Igreja apresenta uma ação educativa específica, sistemática, adequada e eficaz no campo da comunicação. O documento adota a perspectiva da Educomunicação em três âmbitos:

Trata-se de um projeto a ser desenvolvido em três âmbitos: a) o da educação para o processo comunicativo, em si mesmo, voltado a incluir a ação comunicativa entre as preocupações pastorais da Igreja, tanto em nível individual quanto grupal e setorial, de caráter eminentemente existencial e testemunhal; b) o da educação para o exercício da produção de conteúdos evangelizadores, de caráter enunciativo; e, finalmente, c) o da educação para a convivência no mundo da informação, incluindo tanto a relação com a indústria da informação (recepção crítica da mídia) quanto o uso estratégico dos recursos da informação na ação evangelizadora. (CNBB, 2011, p. 58).

A Igreja Católica já atua dentro dos três âmbitos de intervenção destacados através de um projeto efetivo e continuado de formação, aplicado em todas as comunidades e níveis para conseguir tais objetivos. Segundo Corazza (2011) a educação para o processo da comunicação é uma das frentes que está sendo trabalhada de forma recorrente, sendo mais compreendida, hoje, por conta das mudanças culturais e sociais que atingem o modo de comunicar no interno das comunidades. Destacam-se as atividades de formação para agentes pastorais.

O segundo âmbito que diz respeito à formação para a produção de conteúdos evangelizadores, é bastante difundido pelas publicações de editoras, emissoras de rádio e televisão, produtoras de programas radiofônicos, televisivos, musicais, pela

internet e mídias sociais. Grande parte das comunidades utilizam instrumentos como o jornal, programas radiofônicos, alimentam sites, blogs, redes sociais. A Igreja incentiva a formação para produção em meios próprios e a presença em meios terceiros como jornais, rádios e TVs comunitárias e comerciais. Essa prática requer profissionalismo e capacitação no campo da produção, em todos os níveis.

O âmbito que trabalha a convivência com o mundo da informação, incluindo tanto a relação com a indústria da informação, quanto o uso estratégico dos recursos da informação na ação evangelizadora e a recepção crítica da mídia, é um campo bastante trabalhando na trajetória da Igreja Católica. Essa área visa analisar a influência que os impressos, as programações radiofônicas e televisivas podem causar nas pessoas, sobretudo nas crianças, adolescentes e jovens. Corazza (2012) destaca que nos três âmbitos que envolvem a ação da Igreja, ressalta-se o lugar do interlocutor, seja como sujeito na produção, seja na recepção das comunicações, em seu cotidiano. “A educação para a comunicação pretende que o sujeito passe de espectador a protagonista, seja pelo processo de apropriação do conhecimento na produção, seja na recepção por meio da leitura crítica”. (CORAZZA, 2012, p. 102).

O documento destaca a necessidade de uma formação que motive os cristãos ao exercício da produção de conteúdos evangelizadores na catequese e no catecumenato, iniciação cristã para adultos, de modo que os próprios cristãos sejam comunicadores da fé. E também expõe a necessidade urgente de formação para os públicos receptores e os comunicadores sobre a base de princípios cristãos, diante do desenvolvimento das tecnologias comunicativas que comportam novas competências críticas e exige uma real participação democrática. Formação esta desenvolvida em especial nas universidades, colégios e escolas católicas oferecendo cursos a vários grupos: sacerdotes, religiosos e religiosas, seminaristas, animadores leigos de formação em tecnologia, gestão, ética e política da comunicação.

A Igreja no Brasil também atua na formação do gestor da comunicação formando lideranças nas comunidades através dos elementos que constituem a educomunicação: a reflexão e apropriação das práticas de produção e de instrumentos de análise de produtos midiáticos. “Observa-se um mesmo esforço para que as ações sejam pensadas a partir do olhar comunicacional, ou seja: que a comunicação atravesse toda a ação pastoral”. (CORAZZA, 2012, pg. 106).

O olhar da Instituição para a área da educomunicação expõe a preocupação da Igreja em atuar em uma sociedade que está em constante evolução no campo da comunicação de forma atualizada e coerente.

O importante é perceber que em sua trajetória milenar, a Igreja Católica busca reinventar-se cada dia, conhecendo e entrando nas culturas, dialogando com o novo interlocutor na cultura midiática, sem abrir mão dos princípios que a norteiam, sobretudo na questão da ética e da responsabilidade social, no desejo de compreender, cada dia mais, “a comunicação como eixo transversal de toda a ação pastoral”. (CORAZZA, 2012, p. 106 - 107).

A Igreja Católica destaca a formação dos jovens e se esforça através de sua ação pastoral para concretizar não somente a educação na fé, mas a educação para sociedade. A juventude através de suas potencialidades é capaz de renovar a sociedade e a Igreja, é nesta “fase do ciclo de vida em que se concentram os maiores problemas e desafios, mas é, também, a fase de maior energia, criatividade, generosidade e potencial para o engajamento”. (CNBB, 2007, p. 17).

A juventude católica se organiza através de abordagens de evangelização, motivações teológicas e ações metodológicas diferentes. Encontramos no trabalho da Pastoral da Juventude (PJ), uma das expressões dos jovens católicos já bem organizada, a possibilidade para o desenvolvimento de um processo educativo que prepare os jovens para agir como sujeitos de transformação da sociedade, agentes promovedores de uma comunicação para cidadania com base na educomunicação.

Os jovens são um grande desafio para o futuro da Igreja. Eles não são apenas destinatários da evangelização, mas dela devem tornar-se sempre mais sujeitos ativos, protagonistas da evangelização e artífices da renovação social. A Pastoral da Juventude, portanto, deve estar entre as principais preocupações dos pastores e das comunidades. (CNBB, 1999-2002, p. 145, n. 236).

6 PASTORAL DA JUVENTUDE: UM ESPAÇO PARA EDUCOMUNICAÇÃO

6.1 Pastoral da Juventude em essência

No início do século XX, o que marcava a atuação da Igreja Católica com a juventude era a presença dos movimentos eclesiais que trabalhavam na dimensão devocional, como as Congregações Marianas, Cruzadas Eucarísticas, Jovens Vicentinos e outros grupos que promoviam atividades com a juventude. Porém, o trabalho realizado colocava a juventude como espectadora. “Não havia trabalho com a “juventude”, o que existia, sim, era o trabalho com jovens”. (OLIVEIRA, 2002, p.14).

Por volta de 1920, o mundo passava pela crescente industrialização e a sociedade estava descristianizando-se e afastando-se da Igreja. Vivíamos o período pós Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa, o fascismo e o nazismo fortificavam-se na Europa. Percebendo essa situação, o Papa Pio XI lançou como desafio aos cristãos a Ação Católica (AC). Atuando organizadamente junto à hierarquia da Igreja, os cristãos recuperariam a credibilidade da Igreja difundindo os princípios católicos na vida individual, familiar e social.

A AC buscava renovação religiosa na política, nas leis, na literatura, na ciência, na filosofia, na indústria, no comércio, nas artes, nas profissões. Foi um movimento com forte impacto no trabalho dos leigos. A princípio, podíamos perceber a submissão dos mesmos perante a hierarquia, fruto da mentalidade da época. Com a entrada nos meios específicos, a juventude que fazia parte da AC plantou a semente de uma nova sociedade e uma nova Igreja. (OLIVEIRA, 20002, p. 15).

No Brasil, a Ação Católica surge em 1930. O país via o capitalismo se desenvolver, as indústrias crescerem e a classe operária se organizar. A partir desse momento, a AC dividiu-se em dois períodos: a Ação Católica Geral (1932-1950) e a Ação Católica Específica (1950-1966). A Igreja sai ao encontro dos povos em missão, mudando sua estratégia pastoral. A Ação Católica Especializada desenvolve uma nova metodologia para enfrentar os desafios de uma sociedade em transformação. Havia a necessidade de partir da vida dos jovens. Surge o método Ver-Julgar-Agir que desperta os jovens para o engajamento e protagonismo.

Na década de 70, enfrentando o governo militar que se radicalizava, surge outro modo de trabalhar com a juventude: os Movimentos de Encontro para jovens, que buscavam soluções para os problemas pessoais e destacavam-se no impacto emocional. Porém a metodologia foi revelando limites que transpareciam em uma fé que dependia dos sentimentos. Os Movimentos de Encontro provocaram o surgimento de grupos de jovens nas paróquias contribuindo para o desenvolvimento de uma nova maneira de trabalhar.

No final dos anos 70 e durante os anos 80, a atuação dos jovens na Igreja Católica no Brasil acompanha a luta da instituição que refletia sobre a necessidade de se adequar a um novo tipo de evangelização. Os movimentos populares se estruturaram buscando alternativas tanto na área política como na área de comunicação, na luta contra o sistema de opressão devido ao Golpe Militar que se instaurou no Brasil. A Igreja exerceu um papel fundamental na organização desses movimentos assumindo uma prática comunicacional voltada para libertação dos povos e para o estímulo dos cidadãos na construção de sua liberdade, engajando no processo de desenvolvimento parcelas marginalizadas da sociedade, populações e países que necessitavam “ter voz”.

Oliveira (2002) expõe que a atuação dos jovens se reorganiza a partir desse momento e passa a ser planejada e avaliada pelos próprios jovens e seus assessores, nos diferentes níveis da Igreja: diocesano, regional e nacional. Nasce assim a Pastoral da Juventude Orgânica. Os anos seguintes são de crescimento rápido das articulações e o projeto pastoral clareia-se através da grande elaboração teórica. Os jovens se revelam com mais força e o enfoque volta-se para conquista da democracia. As lideranças são influenciadas pela cultura moderna e priorizam a razão, as teorias e ideologias. São protagonistas de seu próprio processo de educação na fé, dialogando com a nova realidade que surgia. Surgem então expressões específicas de acordo com o contexto em que os jovens estão inseridos: PJ - Pastoral da Juventude Nacional; PJE – Pastoral da Juventude Estudantil; PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular e PJR – Pastoral da Juventude Rural.

A Pastoral da Juventude (PJ), segundo o Conselho Episcopal Latino Americano (1987), concede-se através da ação organizada pelos jovens, que são Igreja junto com seus pastores e com toda comunidade, para aprofundar a vivência na fé e difundir os valores da religião Católica a outros jovens, com opção

preferencial e consciente pelos jovens de classes populares e pelos jovens marginalizados, em vista da construção de um mundo mais fraterno e justo, sendo agentes da construção da nova sociedade, guiados por critérios evangélicos.

Organiza-se com linha e metodologia própria que acolhem os anseios da juventude e a posiciona como protagonista na transformação das realidades sociais. Proporciona espaços de participação da juventude na Igreja e na sociedade, percebendo meios eficazes para o exercício da cidadania e o despertar da militância. A Igreja do Brasil articula e organiza a ação com a juventude através do Setor Juventude.

Os jovens participam da PJ através dos grupos de base, chamados também grupos de jovens, que são a experiência e o espaço central da proposta pedagógica e evangelizadora da PJ, a qual propõe a formação de pequenos grupos, de idade homogênea, com nível de participação estável e com ritmo periódico de reuniões (CNBB, 1998, p. 147). Os grupos fornecem um espaço de diálogo, interação e participação, permitem que o jovem interaja com o outro, troque conhecimentos, informações e construa assim seu potencial crítico para analisar a realidade. Através da vivência grupal, facilita-se a criação de laços profundos de solidariedade, permitindo partilhar critérios, valores, visões e pontos de vista. Dessa forma, “o grupo ajuda a enfrentar os desafios da vida, educando para olhar a realidade e descobri-la junto com os outros, permite a adesão ao projeto de Jesus, impulsionando o jovem para uma renovação permanente do compromisso cristão dando solidez à sua missão”. (CELAM, 1997, p. 194).

A metodologia da Pastoral da Juventude instiga o jovem a protagonizar as transformações sociais à luz da teologia católica. Oliveira (2002) coloca que a PJ tem como princípio a formação integral e o uso do método Ver, Julgar, Agir, Celebrar. O método tem como objetivo “formar líderes que se engajem na transformação de seus meios (escola, trabalho, bairro, família), educar para liberdade, formar para o senso crítico, desenvolver a pedagogia da formação na ação, ligar fé e vida e poder avaliar a caminhada dos grupos.” (OLIVEIRA, 2002, p.118).

Criado na época da Ação Católica, o método foi adotado e adaptado pela PJ trazendo uma quarta dimensão como continuidade, o Celebrar. Oliveira (2002) explica-o da seguinte forma: *Ver* é analisar os problemas e avanços com base na realidade concreta que se vive. *Julgar* traz como reflexão o nosso parâmetro diante

dessa realidade vista e analisada, procurando enxergar o problema pelos olhos de Deus para tentar achar uma solução adequada. Após analisarmos os fatos e o julgarmos a partir da Palavra de Deus, segue-se o momento de refletir o que pode ser feito de concreto para solucionar o problema, ou melhor caminhar diante dele, esta é a etapa do *Agir*. O *Rever* questiona e avalia a ação desenvolvida, corrigindo na tentativa de um futuro acerto. A cada nova ação concretizada devemos *Celebrar* em Deus a conquista de mais uma ação.

A PJ adota o método buscando atingir objetivos que abrangem cinco dimensões do ser humano: consigo mesmo, com os outros, com a sociedade, com Deus e com a ação (capacitação técnica). A relação do jovem com a sociedade retrata a dimensão política, a participação do jovem nas políticas públicas relativas ao emprego, ao acesso à escola, à cultura, ao esporte e lazer, ao combate à violência, às drogas. A PJ busca mecanismos de ação concreta no local de moradia, trabalho ou de estudo buscando o bem comum para a juventude e para a sociedade.

“O desafio dos jovens é encontrar meios de participar e dialogar com todos os organismos sociais e regenerar os laços de solidariedade”. (OLIVEIRA, 2002, p.112). O Concílio Vaticano II, momento de reflexão da Igreja Católica na década de 60, se pronunciou de acordo com essa perspectiva na Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, nº 75: “Além disso, com empenho se deve cuidar da educação civil e política, hoje muito necessária tanto para o povo comum como, sobretudo, para a juventude, a fim de que todos os cidadãos possam desempenhar o seu papel na vida de comunidade política”.

O espaço onde a PJ se faz presente e atuante é um espaço que procura através do debate, do diálogo, da participação, incentivar o jovem para a busca de seus anseios pessoais e sociais. É um espaço que se desenvolve e se constrói através de uma perspectiva educativa. Pode-se pensar a educação neste espaço como aponta Peruzzo (2002), significando educar para sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, a construção de um saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também “educar para a convivência social e a cidadania”, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão.

O processo educativo na PJ alinha-se com o pensamento de Freire (2005). A “educação é caracterizada pelo diálogo, ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Através do

diálogo é possível promover a educação emancipatória, aquela que prepara o sujeito para pensar, desenvolver sua consciência, seu senso crítico.

A Pastoral da Juventude caminha assim como a Igreja, de acordo com a evolução da sociedade. Analisa a realidade dos jovens onde está inserida e trabalha para formá-los e incentivá-los a transformar a sociedade. Organiza-se de forma conjunta através das Assembléias e Encontros Nacionais que reúnem jovens pejeiteiros de todo país para avaliar os trabalhos e discutir a missão da PJ perante o contexto em que se encontra. São traçados novos projetos de ação envolvendo a formação humana, cidadã, espiritualidade.

[...] buscamos descobrir alternativas e propor ações concretas que respondam aos problemas que nós jovens, vivemos. Procurando utilizar recursos, pedagogia e linguagem jovens que contribuam para transformar a realidade e concretizar os sinais da Civilização do Amor. (SILVA, 2009)

A fim de despertar os jovens para atuarem a favor de uma sociedade justa, criaram-se dois eventos nacionais que colocam em destaque temas relevantes do universo da juventude como direitos humanos, políticas públicas para juventude, violência, desemprego, qualidade da educação. Todo ano, a PJ vive a Semana da Cidadania e o Dia Nacional da Juventude. Os grupos recebem subsídios preparados pela Comissão Nacional da PJ e trabalham com seus membros o tema discutido.

Os grupos que formam a PJ atuam com características comuns, mas cada um atento a sua realidade. O aprendizado em grupo possibilita a troca de informações, a participação e uma relação horizontal entre os jovens e seus assessores adultos. Os jovens atuam evangelizando outros jovens através de seu testemunho, experiências de vida, orientados pela Palavra de Deus, por demais subsídios apresentados pela Igreja e com o auxílio da assessoria adulta. É um espaço de partilha de vida e construção conjunta do conhecimento.

A Igreja reconhece o contexto atual em que a juventude está imersa destacando-os como “filhos da cultura midiática” e retrata que o relacionamento dos jovens com a Igreja deve ser visto a partir dos valores e das atitudes que eles têm por estarem inseridos nessa cultura. “Eles se relacionam, sobretudo a partir da interatividade, querem escutar e falar ao mesmo tempo. Conseguem captar um conceito a partir da atitude do diálogo”. (CNBB, 2012, p. 24). Saber dialogar com os jovens dentro dessa perspectiva é essencial para Pastoral da Juventude que tem como missão formar o jovem para atuar na sociedade. É necessária uma atitude

educativa – interativa, que considere a comunicação como espaço de relações e de cultivo de valores que edificam a existência da sociedade.

Alia-se a essa realidade a proposta da educomunicação, que destaca a formação para comunicação e o planejamento de ações que permitam a construção de ecossistemas comunicativos, ambientes que favoreçam a expressão dos indivíduos e sua atuação como protagonistas.

6.2 Pastoral da Juventude: espaço de formação para cidadania através da Educomunicação

A Igreja Católica reconhece sua importância como instituição no desenvolvimento da sociedade. “Participar da construção de uma sociedade justa e solidária constitui um dos objetivos da ação evangelizadora da Igreja no Brasil”. (CNBB, 2007). A instituição atende a esse objetivo desenvolvendo a formação humana e ressalta a formação dos jovens como essencial para o desenvolvimento da sociedade.

A juventude é uma etapa da vida em que geralmente se destaca a formação física, intelectual, mística, psíquica, social e cultural. É tempo propício à formação para cidadania, em que os indivíduos tomam ciência de seus direitos e responsabilidades. Apenas através da efetivação dos direitos básicos é possível esperar que os jovens assumam suas responsabilidades frente à sociedade, tornando-se cidadãos responsáveis pela condução de suas vidas e da nação. (CNBB, 2007, n. 232).

Segundo o documento da CNBB, *Evangelização da Juventude* (2007), conscientizar-se da cidadania faz-nos perceber que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Essa perspectiva abre o jovem para os problemas sociais locais, nacionais e internacionais: de moradia, saúde, alimentação, má qualidade da educação, direitos humanos desrespeitados, discriminação contra mulher, violência, guerra, ecologia, biodiversidade. “Aqui há a necessidade de formar o jovem para o exercício da cidadania e direitos humanos à luz do Ensino Social da Igreja. Há necessidade de conectar a fé com a vida, a fé com a política”. (CNBB, 2007, p. 52).

Nesse sentido a Igreja se coloca em atitude de escuta atenta aos jovens, oferecendo-lhes condições para seu amadurecimento e para o cumprimento de seu

compromisso como cristãos e cidadãos. Os conduz através de sua ação pastoral para uma “abertura sincera aos problemas da sociedade, ajudando-os a assumir seu papel como cidadãos, protagonistas na edificação de uma nova estruturação social [...]”. (CNBB, 2007, p.69). A Igreja propõe como espaços propícios para educação dos jovens os grupos de jovens, pastorais da juventude, movimentos, novas comunidades e demais experiências em grupo. “Esses espaços educativos e evangelizadores devem ser incentivados, apoiados e desenvolvidos em todas as nossas comunidades”. (CNBB, 2007, p. 70).

A Pastoral da Juventude oferece ao jovem a proposta de formação integral, orientando e auxiliando os jovens em seu processo de educação na fé e em seu amadurecimento nos âmbitos pessoal, eclesial e social. A proposta da PJ estimula a participação do jovem posicionando-o como protagonista de modo que ele participe das transformações da sociedade e da Igreja de forma significativa. Sem o protagonismo o jovem não é incentivado para assumir responsabilidades e desenvolver habilidades de liderança.

O protagonismo juvenil, longe do sentido de uma autonomia inconsequente, não significa a deserção, a invalidação das instituições ou de educadores e mestres. É um reconhecimento do potencial do jovem, que tantas vezes precisa ser orientado e discernido, com paciência e com responsabilidade, a fim de direcioná-lo em favor de sua formação integral, do bem comum, da cidadania e da dignidade da vida humana. (CNBB, 2007, n. 274).

A Pastoral da Juventude direciona seu trabalho através do método Ver-Julgar-Agir-Celebrar enxergando as realidades sociais e preparando o jovem para atuar de acordo com as necessidades do contexto onde está inserido. Os meios de comunicação social fazem parte desse contexto envolvendo a realidade dos jovens, que ressignificam o mundo através deles e alimentam essa cultura midiática utilizando-os para se expressar. Formar o jovem do século XXI requer atentar para a influência das novas tecnologias. “A cidadania, agora, é conquistada no exercício do diálogo social, definido pelos novos meios e linguagens. O instrumental teórico e tecnológico da comunicação é indispensável para abordagens educativas que pretendam dar conta do cidadão do terceiro milênio”. (MONTEIRO e FELDMAN, 1999, p. 39). Os jovens organizam-se hoje pela comunicação em tempo real por meio das novas tecnologias e suas linguagens.

O novo jeito do jovem ser e interagir tem suas raízes na comunicação em rede. Ele respira e vive a chamada ambiência midiática, uma teia de novas tecnologias em que se pode ser rapidamente ouvido, visto, considerado. Comunicar não é, portanto, apenas uma questão instrumental, mecânica, unidirecional, é inter-relacional, é “vida”. Mesmo os mais pobres, privados desse acesso e participação, são atingidos por essa realidade e provocados constantemente a fazer parte desse ambiente. (CNBB, 2012, p. 17).

A Igreja posiciona os jovens como protagonistas nesse novo contexto midiático e ressalta as novas formas de relacionamento. “Os jovens exigem cada vez mais um falar e ouvir, um ouvir e falar – o diálogo nasce e cresce a partir da relação natural da interatividade.” (CNBB, 2012, p. 20). Ao interagir com pessoas nos diversos ambientes, eles estão exigindo cada vez mais mudanças nos diversos âmbitos, como o sociopolítico e econômico, para que possam criar ambientes colaborativos de transparência, competência, inovação e engajamento na sociedade.

As novas mídias proporcionam encontros, partilhas e proximidades jamais experimentados. É preciso considerar o relacionamento dos jovens com a comunicação, para propor novas formas de aprendizado e formação. Diante do reconhecimento da Igreja de sua missão como educadora e considerando o contexto comunicativo em que os jovens estão inseridos, propõe-se através da Pastoral da Juventude, a concretização da educação para cidadania por meio da proposta da Educomunicação.

O projeto da PJ alia-se a Educomunicação no sentido de ampliar os espaços de comunicação participativa e dialógica, onde a relação entre os participantes acontece de forma horizontal, favorecendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos, no caso os jovens. A Pastoral da Juventude prepara o jovem para analisar a sociedade e exercer seu papel cidadão. A Educomunicação vem de encontro a esse objetivo no sentido de fornecer a possibilidade de um novo olhar para sociedade a partir da educação para comunicação.

Compreender melhor os meios de comunicação e os processos de comunicação torna-se indispensável para se passar de uma consciência ingênua, que não questiona os meios, para uma consciência crítica, que supere os preconceitos existentes e capte a complexidade de dimensões envolvidas. (MORAN, 1994, p.13).

Formando-se para recepção crítica dos meios, os jovens desenvolvem suas potencialidades, aprendem a perceber e julgar. Descubrem as representações da

realidade e de que forma situá-las em uma visão de totalidade. Interpretam a sociedade e constroem juntos maneiras de modificá-la.

Educar para a comunicação é orientar para análises mais coerentes, complexas - completas, o que, ao mesmo tempo, ajuda a expressar relações mais ricas de sentido entre as pessoas, os grupos e a sociedade como um todo. É uma educação para novas relações simbólicas e para novas expressões do ser social, não só para análises teóricas. (MORAN, 1994, p.16).

Três áreas de intervenção do novo campo apresentam-se como possibilidades para o desenvolvimento da formação dos jovens participantes da Pastoral da Juventude.

- a) Área de educação para comunicação: a Pastoral da Juventude incluindo em seu planejamento momentos de reflexão sobre os sujeitos participantes do processo de comunicação e programas de formação para recepção crítica dos meios, auxilia o jovem a compreender a sociedade sob diferentes olhares e a desempenhar seu papel como cidadão.
- b) Gestão Comunicativa: inserir no planejamento pastoral, executar e realizar processos e procedimentos que se articulam no âmbito Comunicação/ Cultura/ Educação.
- c) Expressão Comunicativa através das Artes: área proposta por SOARES (2011), complementa o trabalho pastoral ao utilizar o teatro, a música, a pintura e demais expressões artísticas para garantir a visibilidade e a livre expressão dos sujeitos.

É possível inserir a proposta educocomunicativa no método Ver-Julgar-Agir-Celebrar, utilizado para realização dos trabalhos da PJ. Os jovens inseridos na cultura midiática acessam a informação principalmente através dos meios de comunicação: pela *Internet* (sites, blogs, redes sociais) e demais meios como a televisão, o rádio, jornais e revistas. Dessa forma, leem o mundo através do que é transmitido nos meios e passam a ressignificá-lo de acordo com o que é sugerido pela mídia. Mas para que a informação se torne conhecimento é necessário saber interpretá-la.

Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral. Educar é um processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação (do educador e do educando), integrando dentro de uma visão de

totalidade, os vários níveis de conhecimento e de expressão: o sensorial, o intuitivo, o afetivo, o racional e o transcendental (a integração com o universo). (MORAN, 1996, p.24).

A necessidade de discutir o que é veiculado pela mídia parte das ideologias que ela carrega ao transmitir informações. Os meios trabalham com nosso contexto simbólico, com realidades sobre as quais temos diversos pontos de vista, que propiciam discussões ideológicas e políticas. Sugere-se nesse sentido, que a PJ proporcione aos jovens momentos de debate onde eles possam levar suas impressões ao grupo, estabelecendo uma discussão mediada por um agente de pastoral devidamente formado para conduzir a troca de conhecimentos.

Estabelece-se assim uma comunicação participativa, coletiva e colaborativa onde os jovens formam sua interpretação crítica sobre o tema em questão. Esse momento favorece o processo de conscientização acerca da realidade em que os jovens estão inseridos. Possibilita a educação para cidadania, o aprendizado sobre a vida em sociedade e faz com que o jovem reconheça os problemas sociais e as necessidades de mudança.

Este processo de conscientização se constitui em um processo de formação de seres humanos cada vez mais críticos em relação à realidade concreta em que estão inseridos. Dizendo de outra maneira, é possível destacar um processo educativo que não se dissocia da conscientização, mas o acompanha, e que se dá nas relações entre as pessoas e delas com o mundo. "Educação e conscientização se implicam mutuamente". (FIORI, 1986, p. 03).

Junior (2011) coloca que a conscientização é parte fundamental na constituição do ser humano e que ela pressupõe a ação transformadora. Portanto, a transformação do mundo em um lugar mais justo passa pela conscientização. Nesse sentido, parte-se para o planejamento e execução de ações que permitam retratar a realidade analisada e incentivar mudanças. Insere-se nesse processo a educação para produção midiática, estimulando o jovem a expressar-se através dos meios divulgando suas conclusões e assim elaborar projetos de atuação na sociedade.

A Pastoral da Juventude proporciona a participação, abre espaços para discussão dos deveres do cidadão perante a sociedade, auxilia na intervenção do jovem para o desenvolvimento social e posiciona-se como um espaço de reivindicação e concretização dos direitos sociais. Unindo sua realidade à proposta educacional, a PJ aproxima-se do jovem com maior sintonia e atenção.

Utilizando o universo da comunicação para dele se aproximar concretiza a formação humana, criando ambientes educativos.

Empregar a educomunicação nesse processo exige planejamento, adequando as ações ao tipo de público e avaliando constantemente os projetos de acordo com o contexto de inserção. No próximo capítulo serão apresentadas propostas para realização de ações educacionais pela Pastoral da Juventude.

7 PROPOSTAS EDUCOMUNICATIVAS PARA OS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS DA PASTORAL DA JUVENTUDE

7.1 Planejamento de Relações Públicas e a Educomunicação

A atividade de Relações Públicas é fundamental para gerenciar as relações de uma organização, instituição, empresa, pessoa, com seus públicos de interesse.

Nesse processo de promoção e administração de relacionamentos, a comunicação é fundamental, principalmente por envolver uma grande diversidade de públicos. “Fazer as mediações entre as organizações e seus públicos é uma função precípua de relações públicas, que não podem prescindir da comunicação e do uso de todos os seus meios possíveis e disponíveis”. (KUNSCH, 2003, p. 105). Justamente por lidar com diferentes tipos de públicos, surge a necessidade de estratégias de comunicação específicas.

Quatro funções são atribuídas por Kunsch (2003) às Relações Públicas no contexto das organizações: função administrativa, estratégica, mediadora, política. Neste trabalho vamos nos atentar as funções mediadora e estratégica como fundamentais para o desenvolvimento de projetos educacionais na instituição Igreja Católica, especificamente na Pastoral da Juventude.

A função mediadora das RP gerencia os relacionamentos das organizações, com seus vários públicos de interesse. Propõe-se o estabelecimento da comunicação numa perspectiva de troca, reciprocidade e comunhão de ideias. “Relações públicas, em uma empresa, não tem mira, unicamente, informar seus públicos, mas, precisamente, conseguir estabelecer com eles uma verdadeira comunhão de ideias e de atitudes, por intermédio da comunicação”. (ANDRADE,

1993, p. 104). Kunsch (2003) coloca que o verdadeiro trabalho das RP é aquele que além de informar, propicia o diálogo. Escuta-se e valoriza-se a opinião do público envolvido no sentido de estabelecer um processo de troca de atitudes, sentimentos, significados, ações e opiniões.

Como função estratégica, as atividades de RP ligadas a uma organização, tem o dever de “apresentar resultados e ajudar as organizações a atingir seus objetivos, cumprir sua missão, desenvolver sua visão e cultivar seus valores” (KUNSCH, 2003, p. 103). Também agrega auxiliar a organização a se posicionar perante a sociedade, demonstrando a missão, valores, crenças, desenvolvendo sua identidade.

Mediante sua função estratégica, elas abrem canais de comunicação entre a organização e os públicos, em busca de confiança mútua, construindo a credibilidade e valorizando a dimensão social da organização, enfatizando sua missão e seus propósitos e princípios, ou seja, fortalecendo seu lado institucional. (KUNSCH, 2003, p. 103).

Criar e assegurar relações confiantes ou formas de credibilidade entre as organizações e os públicos com os quais se relacionam exige segundo Kunsch (2003), tempo, pesquisas, diagnósticos, participação programada, planejamento.

O exercício profissional de relações públicas requer ação planejada, como apoio na pesquisa, comunicação sistemática e na participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade e os grupos sociais a ela ligados, num processo de interação de interesses legítimos, para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertence. (apud Andrade, 1993, p. 46 citado por kunsch).

É, portanto, necessário, como nos diz Kunsch (2003), “planejar o processo de inter-relacionamento das organizações e seus públicos adotando estratégias e técnicas apropriadas e instrumentos adequados para cada segmento de público que se quer dirigir”. A autora nos explica que o planejamento é um processo complexo que possui dimensões e características próprias. Está sempre vinculado a situações e a realidade da vida de pessoas, grupos e das mais diversas organizações e instituições da esfera pública e privada.

[...] é preciso considerar o planejamento como um ato de inteligência, um modo de pensar sobre determinada situação ou realidade, enfim, como um processo racional-lógico, que pressupõe estudos, questionamentos, diagnósticos, tomadas de decisões, estabelecimentos de objetivos, estratégias, alocação de recursos e curso de ações etc. (KUNSCH, 2003, p. 203).

Complementando o conceito, a autora cita Gandin (2000) para abordar a finalidade do planejamento de interferir na realidade para transformá-la. “Planejar é o processo de construir a realidade com características que se deseja para a mesma” (GANDIN, 2000b, p. 34 citado em Kunsch), realidade esta que se apresenta em um ambiente em constante mutação. Planejar exige estar atento à realidade, é um processo permanente, contínuo, que se materializa de acordo com o contexto inserido.

O contexto onde se insere as atividades de RP envolve-se com públicos e opinião pública, exigindo o máximo de cuidados e uma sistematização de ações que se concretizam através do planejamento, instrumento que oferece maiores possibilidades para obtenção dos objetivos, sempre respeitando os interesses dos públicos.

O papel fundamental do planejamento de relações públicas é o de exercer um caráter proativo nas ações decorrentes dos relacionamentos das organizações com seus públicos. Com planejamento é possível fazer projeções e prognósticos e prever eventuais comportamentos e reações dos públicos ante algumas decisões ou atitudes das organizações. (KUNSCH, 2003, p. 318).

Kunsch (2003) coloca ainda que o planejamento de RP busca a excelência da comunicação organizacional. Esta administrada de forma estratégica valoriza a cultura e o envolvimento das pessoas, e tem como parâmetros os princípios éticos. Um planejamento estratégico de relações públicas é fundamental para guiar suas ações de comunicação. “Relações Públicas não pode ser avaliada como estratégica – contribuir para o alcance da missão e dos objetivos organizacionais – se não for sistematicamente planejada com a missão e os objetivos na mente”. (WILSON, 2001, p. 215).

O planejamento estratégico de RP vem atender a necessidade da área de educomunicação de criar e gerenciar o compartilhamento do conhecimento para intervenção educacional. Como gestão democrática de processos de construção do saber e das estratégias de intervenção no social, a educomunicação necessita do planejamento como um processo a ser construído envolto pela comunicação. Segundo Borges (2009), desenvolver o processo de forma democrática e participativa é um desafio que necessita ser enfrentado de maneira

planejada e específica em cada um dos diferentes âmbitos da sociedade, adequando projetos aos diferentes públicos.

Soares (1999) situa o planejamento na quarta área de intervenção da educomunicação, a da gestão comunicativa na educação. Essa área planeja, prevê e orienta a execução ou realização dos procedimentos e processos que se articulam no âmbito da comunicação/cultura/ educação, com a intencionalidade de criar uma forte inter-relação entre os sujeitos do processo, elemento denominado ecossistema comunicativo.

Criar um ecossistema comunicativo implica a busca de dialogicidade e a interação com equilíbrio e harmonia nos vários ambientes onde convivem diferentes atores. Nesse sentido, destaca-se a importância do envolvimento das Relações Públicas no processo do planejamento educacional. Capaz de mediar as relações entre os públicos envolvidos e criar condições para que se estabeleça uma comunicação participativa, as atividades de RP, através de sua função mediadora, estimulam o entendimento mútuo, promovendo o diálogo. Contribuem dessa forma com o objetivo do planejamento educacional de

[...] criar e fortalecer “comunidades de convivência”, de compartilhamento, de colaboração, de maneira a promover o potencial comunicativo de cada um dos membros da comunidade educativa, assim como a ampliar suas habilidades no uso dos recursos da informação. (SOARES, 2003, citado por BORGES, *et al.*, 2009).

Para que haja equilíbrio de interesses, o profissional de RP deve conhecer os anseios e necessidades dos públicos e identificar os cenários envolvidos para agir estrategicamente. As ações de educomunicação devem ser pensadas e direcionadas de acordo com as necessidades dos envolvidos no processo para atingir os objetivos de forma concreta.

Com a finalidade de atingir o objetivo de desenvolver projetos educacionais na Pastoral da Juventude, propõe-se que as ações sejam planejadas através da perspectiva das Relações Públicas. A Igreja Católica, considerada como instituição influente na sociedade civil, tem a Pastoral da Juventude como um espaço que envolve públicos específicos. As Relações Públicas atuam de modo a considerar as necessidades de cada público mediando os interesses das diferentes partes envolvidas. No próximo item desse capítulo serão

desenvolvidas propostas para a concretização da formação educomunicativa ao segmento de públicos envolvidos com a Pastoral da Juventude.

7.2 Propostas Educomunicativas para os públicos da PJ

Na base de todas as proposições, está a necessidade de mergulharmos em um processo de “educomunicação” necessário tanto para cumprirmos a principal missão da Igreja que é evangelizar, como, também, para podermos nos impor como sujeito-cidadão nessa sociedade midiaticizada. (CNBB, 2011).

Educar para comunicação envolve compreender o lugar que os meios ocupam na sociedade, entender a dinâmica das relações entre os produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens. A área de intervenção denominada Educação para Comunicação propõe não apenas estudos de caráter teórico, mas também práticos, em que diferentes dinâmicas de comunicação e produção sejam envolvidas. SOARES (1999) destaca como objetivo da área o estudo do impacto social que os meios de comunicação promovem na sociedade, as implicações da comunicação mediaticizada, a participação e a modificação do modo de percepção que ela propicia. Essas ações promovem “o papel do trabalho criador, o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais” (SOARES, 1999, p. 28).

É necessário compreender em primeiro lugar a necessidade de formação para comunicação. Formar líderes e membros da Pastoral da Juventude para compreender a cultura midiática e interpretar criticamente os meios. “Educar, para entender os processos comunicacionais, significa fornecer informações para entender o todo do processo, todos os elementos com seus contextos; deixando para trás as críticas simplesmente moralizantes e dicotômicas”. (CNBB, 2011).

Para concretizar as ações no âmbito da Comunicação/Educação, há a necessidade de planejar programas e projetos que sejam capazes de implementar ecossistemas comunicacionais. O planejamento estratégico de Relações Públicas como já citado anteriormente, permite desenvolver ações que valorizem a comunicação dialógica e atendam ao propósito da educomunicação.

Os líderes de Pastoral através da perspectiva da Gestão Comunicativa devem organizar um ambiente que designe um ecossistema comunicativo, disponibilizar

recursos adequados e atentar para o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações, caracterizando determinado tipo de ação comunicacional. Segundo SOARES (1999) a principal característica da gestão é a “costura” que o profissional faz entre as várias vertentes que aproximam a Comunicação e a Educação, sempre por meio da ação prática.

[...] a gestão comunicativa visa garantir, mediante o compromisso e a criatividade de todos os envolvidos e sob a liderança de profissionais qualificados, o uso adequado dos recursos tecnológicos e o exercício pleno da comunicação entre as pessoas que constituem a comunidade, assim como entre esta e os demais setores da sociedade. (SOARES, 1999, p. 41).

A Educomunicação incentiva os indivíduos a se expressarem, dessa forma estabelece uma forte ligação com a arte, pois através do fazer artístico é que as pessoas se expressam. A área de Expressão Comunicativa através das Artes possibilita a prática de atividades que garantam espaços de fala, visibilidade e livre expressão dos sujeitos sociais. A Pastoral da Juventude já utiliza em sua proposta expressões como o teatro, a dança, a música, para concretizar a participação dos indivíduos nos processos e pode assim complementar as atividades realizando-as com o viés educacional.

Considerando a dinâmica da Pastoral da Juventude e sua relação com a Educomunicação, propõem-se atividades nas áreas justificadas acima para que se concretize a formação para a cidadania dos diferentes públicos envolvidos com a Pastoral da Juventude:

a) Aos líderes da Pastoral da Juventude: Palestras, Seminários, Momentos de Debate, Oficinas, mediados por profissionais especializados na área de educomunicação com o objetivo de compreender a mídia como uma cultura dos nossos tempos. Informar-se acerca dos *mass media*, suas estruturas, linguagens, modos de operar e seus conteúdos, suas mudanças e implicações na vida das pessoas. Possibilidades de produção de conteúdo, técnicas e metodologias dos meios. Formas de abordagens de temas educativos através dos meios de comunicação. A formação dos líderes permite planejar ações mais sólidas e com maior embasamento para o grupo como um todo.

b) Aos membros jovens da Pastoral da Juventude: momentos de debate, oficinas, workshops com a finalidade de refletir acerca da cultura midiática, discutir temas abordados pela mídia, formas de divulgação e diferentes manifestações.

Debater os temas através de reuniões em grupo, via Web, redes sociais, fóruns online, grupos de discussão online mediados por líderes devidamente formados. Utilizar vídeos, produções em áudio, textos impressos em jornais, revistas, para trabalhar temas nas reuniões em grupo que conduzam a reflexões sobre a cidadania. Oferecer espaços para que os jovens promovam em seus grupos oficinas sobre como utilizar as novas tecnologias na sala de aula, na Igreja e na comunidade. Discutir questões éticas referentes à Internet, à inclusão digital, questões políticas e ambientais.

c) Proporcionar momentos de formação para jovens, agentes de Pastoral e demais líderes da Igreja para a produção e formas de utilização das tecnologias. Oficinas de produção de texto, vídeo, áudio, imagens, criação de sites, blogs de conhecimento e difusão de mensagens, páginas em redes sociais. Produção de meios impressos como jornais e revistas, elaboração de programas de rádio e TV.

d) Incluir o planejamento de ações educomunicativas no planejamento pastoral, priorizando a realização dos objetivos através da utilização dos meios de comunicação. Atentar para o perfil dos jovens participantes do grupo em questão, planejando ações de acordo com as características e necessidades do grupo. Avaliar as ações executadas a fim de verificar os resultados e propor melhorias.

e) Incentivar a manifestação dos jovens através de peças de teatro, dança, música, pintura, fanzines, histórias em quadrinhos, através de oficinas de formação para as artes. Incentivando desse modo a livre expressão dos jovens e o desenvolvimento da criatividade na exposição de temas discutidos.

As propostas em questão pretendem atender o objetivo da Pastoral da Juventude de formar os jovens para a vida em sociedade, ressaltando o exercício da cidadania. A educomunicação proporciona ao jovem a possibilidade de através da interação com os meios de comunicação, analisar a sociedade a qual pertence observando as necessidades de transformação. Os jovens inseridos em diferentes contextos realizam a prática comunicativa de forma a construir ecossistemas comunicativos, onde participam como protagonistas na construção de uma sociedade mais justa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários aspectos são relevantes na conclusão deste trabalho. O primeiro deles contribui com a consolidação do campo da Educomunicação. O tema aqui abordado traz à área como colaboração a possibilidade de realização de ações educacionais no espaço de educação não-formal, a Pastoral da Juventude.

Envolta pelo objetivo de formação direcionada aos jovens, a PJ alia-se ao pensamento da Igreja Católica no sentido de valorizar a educação para comunicação, pois somente compreendendo a dinâmica dos meios nos tornamos seres críticos perante o que nos é revelado pela mídia e nos motivamos a transformar realidades através da potencialidade dos meios.

A Igreja reconhece que precisa da comunicação para atingir seu propósito de evangelização. Sua teoria e prática demonstram que a instituição caminha acompanhando a evolução da sociedade, bem como a evolução do pensamento comunicacional. Atenta a um mundo globalizado, envolto pelas tecnologias da comunicação, destaca a necessidade de formar seus agentes e fiéis para bem atuarem como produtores e receptores da cultura midiática.

Atenção especial é voltada aos jovens, que estão submersos nessa cultura e cada vez mais participam como autores de novas relações, pensamentos, ideias. A Igreja valoriza a inteligência, a criatividade, o potencial do jovem para absorver novos conhecimentos e recriar situações.

Todos nos preocupamos profundamente pelo bem das pessoas que amamos, em particular das nossas crianças, adolescentes e jovens. Sabemos, de fato, que deles depende o futuro da nossa cidade. Devemos, portanto, preocupar-nos pela formação das futuras gerações, pela sua capacidade de se orientarem na vida e discernir o bem do mal, pela sua saúde não só física, mas também moral. (BENTO XVI, 2008).

Encontra-se na Educomunicação novas formas de aprendizado e formação. Através de ações educacionais realizadas com os públicos envolvidos na Pastoral da Juventude, a Igreja aproxima-se do jovem com maior sintonia e atenção, construindo relacionamentos baseados na valorização do ser humano, sua cultura e experiências de vida.

Empregar a Educomunicação nesse processo requer construir espaços que propiciem a comunicação dialógica, valorizando as potencialidades dos indivíduos na construção de um conhecimento coletivo. Aqui surge uma necessidade atrelada à atividade do profissional de Relações Públicas, a mediação das relações, considerando os diferentes tipos de públicos envolvidos, suas necessidades, formas de agir e interagir. Um planejamento estratégico de comunicação guiado pelo profissional de RP atende a necessidade da área de Gestão Comunicativa da Educomunicação. Organizando os projetos que se articulam no âmbito comunicação, educação e cultura, facilita-se a criação dos ecossistemas comunicativos.

O ato de planejar exige também uma comunicação participativa, democrática, onde o desenvolvimento das ações considere as expectativas dos envolvidos. Deve existir o cuidado para que não se torne uma prática autoritária, concentrando as decisões em um ou poucos indivíduos. O planejamento é um elemento em constante atualização, o zelo com a adequação das ações é essencial para se obter bons resultados.

Muitas vezes as lideranças a frente da Pastoral da Juventude não realizam o planejamento de forma efetiva por acreditarem ser desnecessário. Justificam no fato de os jovens serem inconstantes, com perene necessidade de mudanças. Porém, um processo de formação consistente, onde se perceba o crescimento do jovem nas esferas pessoal, eclesial e social, acontece somente através da esquematização das ações.

Outro aspecto relevante é a necessidade de constante formação dos assessores de grupos de jovens, normalmente adultos que os acompanham em sua fase de crescimento e maturação. Antes de cobrar do jovem o engajamento na transformação da sociedade, deve-se atentar para a formação, atitudes e postura daqueles que os guiam.

A dinâmica da sociedade não facilita a realização de um trabalho de formação de forma simples. Esse processo envolve acima de tudo a conscientização, “processo de formação de seres humanos cada vez mais críticos em relação à realidade concreta em que estão inseridos”. (FIORI, 1986, p.03). A Educomunicação traz na sua proposta o desejo de conscientizar os indivíduos para a atuação e vivência em sociedade, despertando o ser e o agir como cidadãos.

Os jovens como construtores da sociedade de hoje e responsáveis pelas lideranças futuras, são os primeiros a carecer de formação integral. A Pastoral da Juventude é um dos caminhos que pode tornar concreto o protagonismo da juventude frente às urgências sociais. Utópica talvez, mas corajosa ao tomar para si o desejo que pulsa nos jovens: construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Sônia E. F. de Almeida. **Contributos para uma educação para cidadania: Professores e alunos em Contexto Intelectual**, 2008.
- BARBELET, I. M. **A Cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 04/07/2012.
- BENTO XVI. **Carta sobre a tarefa urgente da Educação**, Roma, 2008. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20080223_diocesi-roma_po.html>. Acesso em: 02/02/2013.
- BETO, Frei. Comunicação Popular e Igreja. *In*. FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. (Org.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 99-117.
- _____. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 7. Ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1999.
- BORAN, Jorge. **Juventude, o grande desafio**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- _____. **O futuro tem nome: juventude**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** 28.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.
- CADERNOS DE ESTUDOS DA PJ NACIONAL- 5. **PJ e movimentos**. São Paulo: CCJ, 1993.
- CADERNOS DE ESTUDOS DA PJ NACIONAL- 8. **Um jeito novo**. São Paulo: CCJ, 1996.
- CELAM. **Pastoral da Juventude: sim à civilização do amor**. São Paulo: Paulinas, 2ª ed. 1987.
- CNBB. **A Comunicação na vida e missão da Igreja no Brasil**. Estudos da CNBB 101. Brasília: Edições CNBB, 2011.

_____. **Campanha da Fraternidade 2013: Texto-Base**. Brasília: Edições CNBB, 2012.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. São Paulo, 1999. Disponível em <<http://arquiocesedecampogrande.org.br/arq/formacao/formacaoigreja/documentos-da-cnbb/6567-doc-61-cnbb-diretrizes-gerais-da-acao-evangelizadora-da-igreja-no-brasil-1999-2002.html>>. Acesso em: 17/05/2012.

_____. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

_____. **Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil (Estudos 76)**. São Paulo: Paulus, 1998

_____. **Pastoral da Juventude no Brasil (Estudos 44)**. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. **Plano Trienal 2002 – 2004**. Brasília: Setor Juventude, CNBB, 2001.

COGO, Denise M.. Comunicação popular: uma retrospectiva. In: **Universidade e Sociedade**, ano VI, junho de 1996.

COGO, Denise M. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CORAZZA, Helena. **Educom no documento sobre comunicação da CNBB. Processo, formação e redes de relações**. Revistas de Tecnologia e Cultura. Ano VIII, n.38, p. 96-107.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DUARTE, Jorge Duarte. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

FIORI, Ernani Maria. **Conscientização e Educação. Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS. 11(1): 3-10. Jan. jun. (1986).

FOLEY, John P. **Instrução Pastoral: Aetatis Novae – Sobre as Comunicações Sociais**. Cidade do Vaticano, 1992. Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_22021992_aetatis_po.html>. Acesso em: 12/07/2012.

FREIRE, Maria T. Martins. **O jornal como agente promotor da relação comunicação e educação**. Revista de estudos da Comunicação. Ano 2000, v. 1, n.2, Mês Set, pg. 31-37.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação com prática da liberdade.** 19.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica: O rápido desenvolvimento.** Prior Velho : Paulinas, DL 2005.

_____. Carta Encíclica **Sollicitudo Rei Socialis.** Roma, 1987. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html>. Acesso em: 24/10/2012.

JOÃO XXIII. Carta Encíclica **Pacem In Terris,** Roma, 1963. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_11041963_pacem_po.html>. Acesso em: 20/09/2012.

JUNIOR, Djalma Ribeiro. **Comunicação e Educação: do hegemônico para o popular.** São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=3897>>. Acesso em: 13/09/2012.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular.** Quito: CIESPAL, 1985.

_____. **Processos educativos e canais de comunicação.** Revista Comunicação e Educação, São Paulo: Moderna/Eca-Usp, jan./abr.de 1999. p.68-75.

KENSKI, Vani M.. **Educação e Comunicação: Interconexões e Convergências.** Campinas, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0229104.pdf>>. Acesso em: 12/04/2012.

KROHLING, Beatriz S. M. **Conselho comunitário de Vila Velha.** Espírito Santo: 1997.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, J. M. A comunicação da igreja católica: avanços e contradições. In: _____. **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papyrus, 1986.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Brasil: alternativa popular: Comunicação e Movimentos Sociais**. In GRINBERG, Máximo Simpson. *A Comunicação Alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MONTEIRO, Eduardo e FELDMAN, Márcia. **Mídia-Educação e Cidadania na Era da Informação**. Revista Pátio, nº 09. Maio-julho 1999.

MORAN, José Manuel. **Educação, Comunicação e Meios de Comunicação**. São Paulo: Série Idéias n.9, 1994.

_____. **Interferências dos Meios de Comunicação no Nosso Conhecimento**. *Tecnologia Educacional*, Nº.132/133. Set./ Out./Nov./Dez.,1996.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. São Paulo: Alínea Editora, 2004.

OLIVEIRA, Rogério de. **Pastoral da Juventude: e a Igreja de fez jovem**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares - a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. PCLA - Volume 4 - número 1: outubro / novembro / dezembro 2002.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. **CEB: comunicação e participação – um novo jeito de ser Igreja**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinheiro-bocc-participacao2.pdf>>. Acesso em: 10/07/2012.

PUNTEL, Joana T. **A Igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

PUNTEL, Joana T; CORAZZA, Helena. **Pastoral da Comunicação: diálogo entre fé e cultura**. São Paulo: Paulinas, 2007.

SANTOS, Maria Salett Tauk. **Comunicação Participativa e Ação Libertadora: marxismo e cristianismo na teoria da comunicação dos anos 70 e 80**. Disponível em <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a3/Maria_Salett_Tauk_Santos.pdf>. Acesso em: 03/06/2012.

SILVA, Lourival Rodrigues da. **Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer. Orientações para a caminhada: um corpo em construção.** São Paulo: CCJ, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais,** *In* Cotato, Brasília, Ano 1, n. 1, jan/mar. 1999.

_____. Educomunicação: um campo de mediações. *In*: Adilson Citelli; Maria Cristina Castilho Costa. (Org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento.** 1 ed., v.1. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Gestão Comunicativa e Educação: caminhos da educomunicação. *In* **Comunicação & Educação.** São Paulo, nº 23, jan/abr. 2002.

_____. **Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina.** *In*: BACCEGA, Maria Aparecida (org). *Gestão de Processos Comunicacionais.* São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina.** *In* BACCEGA, M. A. (org). *Gestão de Processos Comunicacionais.* São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Venha ser um Educomunicador você também.** Nós da Escola, MULTIRIO - Rio de Janeiro-RJ, v. 09, p. 22 - 22, 20 fev. 2003.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil.** Disponível em <http://www.saofrancisco.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/07.Jovens%20em%20movimento_o%20processo%5B12996%5D.pdf> Acesso em 05. Nov.2010.

ZUKOWSKI, A. A. *Um nuovo senso Del lugo per l'evangelizzazione: l'era virtuale e Il Vangelo,* 2000. *In*: PUNTEL, Joana T.; CORAZZA, Helena. **Pastoral da Comunicação: diálogo entre fé e cultura.** São Paulo: Ed. Paulinas, 2007.